



1 INTRODUÇÃO

2 **Unir, lutar, avançar**

3 **Transformar o futuro com a força de quem trabalha**

4 O 10º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa realiza-se num quadro em que o poder económico e
5 financeiro assume um crescente domínio sobre o poder político, em que de forma cada vez mais
6 submissa os sucessivos Governos se assumem como meros executores das orientações do Grande
7 Capital, prosseguindo e intensificando uma política totalmente contrária aos interesses dos
8 trabalhadores, do povo e do País; num contexto em que aqueles que são os verdadeiros responsáveis
9 pela grave situação em que vivemos se ajoelham e capitulam perante as diretrizes das troikas do grande
10 capital nacional e internacional, subscrevendo ou apresentando programas cujas medidas constituem
11 uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores e ao povo, um atentado à democracia e que
12 comprometem o futuro de Portugal como país livre e soberano.

13 **Afirmar o sindicalismo de classe**

14 Esta política de desastre e afundamento do país, esta enorme ofensiva, impõe pela parte de todos os que
15 estão a ser duramente atingidos uma resposta firme e determinada, uma resposta consequente,
16 combativa e organizada. Uma resposta que exige um movimento sindical de classe com a natureza,
17 princípios e objetivos que caracteriza a CGTP-IN, cuja afirmação no distrito de Lisboa se expressa através
18 da USL/CGTP-IN e dos sindicatos que a integram.

19 Sindicatos de classe que assumem na plenitude a defesa intransigente dos interesses e direitos dos
20 trabalhadores, que assentam fundamentalmente a sua ação a partir dos locais de trabalho, no
21 aprofundamento da identificação com os seus problemas, com os seus anseios, aspirações e
22 reivindicações, e que se batem de forma constante, coerente e empenhada por uma Sociedade livre de
23 exploração, mais justa, humana e solidária.

24 Sindicatos que não se rendem e não capitulam, que não aceitam fatalismos ou inevitabilidades, que
25 combatem todo o tipo de resignação ou conformismo, que acreditam e constroem alternativas que
26 assentem na dignificação e valorização do trabalho e dos trabalhadores, que assegurem um futuro
27 diferente, com progresso, justiça social e desenvolvimento efetivo do País.

28 Sindicatos que, fitando o futuro, se orgulham do seu passado, em cujo percurso se construiu o
29 património histórico da luta dos trabalhadores no nosso País, sendo cada vez maior a sua importância
30 assim como a necessidade da sua ação e intervenção aos mais diversos níveis no Setor Privado ou no
31 Setor Público, contribuindo decisivamente para o reforço e consolidação da CGTP-IN como a grande
32 Central Sindical de todos os trabalhadores.

33 Os tempos que vivemos confirmam e reforçam cabalmente a necessidade da existência deste
34 Movimento Sindical que a CGTP-IN corporiza, para uma resposta consequente, firme e determinada às
35 ofensivas que, a soldo do Grande Capital e sobre o seu domínio ao longo destes últimos 35 anos os
36 sucessivos governos do PS, PSD, CDS (sozinhos ou coligados) vêm desenvolvendo contra os
37 trabalhadores, o povo e o País.

38 **A importância estratégica da luta organizada**

39 A USL/CGTP-IN considera que a resposta ao atual e exigente momento político assenta
40 fundamentalmente no desenvolvimento da luta organizada tendo em vista resistir ao brutal programa de
41 agressão em curso contra os trabalhadores, os jovens, os reformados e pensionistas e outras camadas da
42 população mais desfavorecida .

43 No período que decorreu entre o último Congresso e o que agora realizamos, construiu-se um imenso
44 caudal de múltiplas e variadas ações de luta e de protesto travadas em circunstâncias difíceis, nos mais
45 diversos planos, com dimensões diversas, no Setor Privado e na Administração Pública, quer em torno de
46 objetivos específicos quer ao nível mais geral. Destacam-se as grandiosas Manifestações que realizámos
47 em Lisboa e particularmente a realização da Greve Geral em 24 de novembro de 2010 contra as injustiças
48 pela mudança de políticas - emprego, salários, proteção social, serviços públicos.

49 Os trabalhadores/as e outras camadas da população, sob a bandeira dos Sindicatos que compõem a
50 USL/CGTP-IN contrariaram com a sua ação combativa de resistência e, sobretudo, com a sua luta, a
51 fortíssima campanha que as forças ao serviço do Grande Capital nacional e estrangeiro desenvolvem
52 tendo como objetivo a sua rendição às inevitabilidades, ao conformismo e à resignação.

53 Batendo-se simultaneamente pela exigência de um alternativa, com outra política, orientada para o
54 crescimento económico e para a recuperação do aparelho produtivo nacional, visando garantir o
55 desenvolvimento sustentado do país e o progresso social.

56 O reforço e intensificação da luta assumem um papel decisivo para o futuro e, por maioria de razão, um
57 objetivo central deste 10º Congresso da USL. Nesse sentido, é forçoso que a sua realização constitua um
58 forte compromisso de todos na concretização das orientações definidas.

59 **Reforçar a organização sindical**

60 Nesta linha, importa com particular destaque levar à prática as conclusões aprovadas pelo Encontro
61 Nacional sobre Organização Sindical promovido pela CGTP-IN em junho deste ano, nomeadamente
62 quanto à necessidade do reforço da organização a todos os níveis da estrutura, assumindo a dinamização
63 da intervenção sindical articulando ação reivindicativa com o reforço da organização sindical nos locais
64 de trabalho – ação sindical integrada – como uma direção de trabalho fundamental para a afirmação dos
65 sindicatos, para o alargamento da sua capacidade de intervenção e influência para a mobilização dos
66 trabalhadores.

67 Tal objectivo passa por assumir o Local de Trabalho como espaço privilegiado para a acção sindical e o
68 reforço da organização sindical de base, a sindicalização, a eleição de delegados sindicais e
69 representantes para a saúde, segurança no trabalho como tarefas centrais de todo o MSU no Distrito de
70 Lisboa

71 Os tempos que vivemos são de preocupação, mas são, sobretudo, tempos de ação, de grande exigência e
72 forte desafio às nossas capacidades de resposta e de proposta. Por isso, o 10º Congresso da USL assume
73 como principais objetivos da ação a desenvolver:

- 74 • O prosseguimento e a intensificação da luta contra a política de direita e de desastre,
75 consubstanciada nas medidas que constam do memorando da troika e no programa ultra liberal
76 deste Governo PSD/CDS, pela afirmação de alternativas, por uma política ao serviço dos
77 trabalhadores e do país.
- 78 • A defesa do investimento na recuperação do aparelho produtivo e na dinamização da produção
79 nacional, na indústria, na agricultura e pescas, para reduzir as importações e o endividamento,
80 invertendo a política de declínio do setor produtivo e de crescente dependência externa do país.
- 81 • Dar combate ao aumento da exploração, das injustiças e da pobreza, por uma justa distribuição da
82 riqueza, com o aumento dos salários (incluindo do salário mínimo nacional) e das pensões como
83 fator determinante para a dinamização do mercado interno, impulso da economia e promoção do
84 desenvolvimento.

- 85 • Defender a adoção de uma política e de medidas concretas destinadas à criação de mais e melhor
86 emprego, combatendo o desemprego e a precariedade.
- 87 • Assumir a defesa dos direitos dos trabalhadores ao livre exercício da contratação coletiva, ao
88 direito à greve, à efetivação dos direitos e à ação e organização sindical.
- 89 • Defender os horários de trabalho, combater a sua desregulamentação e exigir a sua redução.
- 90 • Combater as alterações da legislação laboral que visam a destruição dos direitos laborais
91 alcançados pelo 25 de Abril e pela luta dos trabalhadores, a redução do subsídio de desemprego e
92 o ataque à segurança social através da transferência dos descontos dos trabalhadores para os
93 lucros do capital.
- 94 • Defender as funções sociais do Estado, como o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, a
95 justiça e a segurança social. Defender os serviços públicos nas mais diversas áreas como a energia,
96 o ambiente, a água ou os transportes. Combater o processo de privatizações e delapidação do
97 património público que é pertença de todos. Continuar a defender a importância estratégica do
98 reforço da posição do Estado nas empresas e serviços essenciais para o desenvolvimento do país.

99 **A União de Sindicatos de Lisboa**

100 Desde que foi fundada em 1975, a USL, enquanto estrutura intermédia da CGTP-IN assumindo na
101 plenitude todas as responsabilidades que lhe cabem no contexto do MSU vai continuar desempenhar o
102 seu papel de direção e coordenação da ação sindical no distrito de Lisboa.

103 A USL tem orientado, e continuará a orientar a sua ação, pelos princípios da liberdade, da unidade, da
104 democracia, da independência sindical e da solidariedade entre todos os trabalhadores na luta pelo fim
105 da exploração do homem pelo homem, assumindo a sua autonomia relativamente ao patronato, ao
106 Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza
107 não sindical, combatendo todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria
108 Unidade.

109 Com base no trabalho realizado a USL vai continuar a assumir o seu papel dinamizador em defesa do
110 interesse dos trabalhadores e da população do distrito, nomeadamente:

- 111 ▪ Na dinamização de ações convergentes e de solidariedade intersectorial em torno das aspirações e
112 direitos comuns dos trabalhadores;
- 113 ▪ Na ação conjunta com outras organizações e movimentos em torno de problemas concretos de áreas
114 e setores específicos e diversas camadas da população.
- 115 ▪ Na promoção, acompanhamento e controlo de execução de planos de trabalho virados para o reforço
116 da organização sindical a partir do local de trabalho;
- 117 ▪ Na coordenação e estímulo à utilização conjunta de meios e serviços comuns de apoio à ação sindical,
118 de que são exemplo as Delegações Conjuntas;
- 119 ▪ Na dinamização de ações conjuntas junto dos pólos industriais e/ou de serviços existente no distrito.
- 120 ▪ Na valorização de métodos e estilos de trabalho que promovam a militância sindical, incentivem o
121 valiosíssimo núcleo de dirigentes e ativistas que o MSU dispõe no Distrito e contribuam para o
122 rejuvenescimento e surgimento de novos quadros sindicais.

123 **A Unidade na Ação**

124 O sentimento de Unidade está na génese da constituição da CGTP-IN e desde logo assumido como um
125 dos seus princípios estratégicos fundamentais.

126 A unidade na ação constrói-se e desenvolve-se em torno de objetivos concretos.

127 A Unidade na Ação como fator determinante para o êxito da luta em torno da defesa e promoção dos
128 direitos dos trabalhadores é fundamental para a elevação da sua consciência de classe, política e social.

129 Perante a ofensiva global do governo e do patronato, com que os trabalhadores estão confrontados, não
130 há dúvidas que a Unidade na Ação a par da articulação e convergência na Luta em torno dos interesses
131 comuns dos trabalhadores continuarão a ser determinantes para fazer frente à ofensiva patronal e a esta
132 política, e contribuir decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

1. A SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL

1.1 Situação Internacional

A situação internacional continua fortemente marcada pelo aprofundamento da crise económica e financeira do capitalismo, expressa por uma situação de recessão das economias das principais potências capitalistas (Estados Unidos da América, União Europeia e Japão) e por um crescimento residual da economia internacional.

Simultaneamente, intensificou-se uma autêntica guerra contra os trabalhadores e os povos, para a qual os grandes interesses capitalistas mobilizam todos os seus recursos e respetivos aparelhos de condicionamento e domínio ideológico e de repressão visando uma regressão histórica dos direitos sociais e laborais e o aumento da exploração.

Uma crise que, nascida dum pequeno segmento do mercado hipotecário nos EUA, rapidamente se converteu numa crise financeira de grande dimensão, que levou à intervenção dos Governos a favor dos ricos e poderosos, injetando verbas colossais para colmatar os saques que os grandes capitalistas fizeram, nacionalizando bancos e instituições financeiras (ou, mais propriamente, os seus prejuízos), a pretexto da salvação do sistema financeiro e da proteção do mundo contra uma “catástrofe”.

Apesar dos sintomas dos descalabros do neo-liberalismo e de crise do sistema capitalista evidenciados nos desastres causados pela economia de casino e pela atividade financeira especulativa, os Governos e as instituições financeiras não só nada fizeram para a combater como contribuíram para que atingisse a dimensão que hoje tem no mundo.

A crise aprofundou-se, confirmando-se a tendência recessiva mundial, apenas contrariada pelas chamadas potências emergentes. Simultaneamente, acentua-se o processo de concentração e centralização de capitais, assente no uso dos Estados como financiadores diretos do grande capital financeiro e da intensificação da exploração e do alargamento das políticas ditas de austeridade direcionadas contra os trabalhadores e os povos, como o confirmam o brutal aumento do desemprego e da precariedade, bem expressos pelos dados da OIT recentemente divulgados.

Ilustrativo da degradação da situação laboral é o facto da taxa de desemprego na Região de Lisboa (que em 2007 se situava nos 8,4%) ter atingido, no final de 2010 os 12,3%¹ e estar atualmente nos 13,5%².

No que respeita à precariedade, esta atinge 25% dos trabalhadores por conta de outrem na Região.³

A estes acrescem o aumento da pobreza e da fome, evidenciando-se assim o aprofundamento do carácter explorador, cruel e desumano do sistema capitalista.

O falhanço dos objetivos anunciados nas cimeiras do G20 realizadas em junho e novembro de 2010 vieram confirmar a inexistência, dentro dos limites do sistema capitalista, de reais soluções de fundo para uma situação marcada por uma grande volatilidade na economia internacional, por uma situação social explosiva, por tensões e conflitos como os que se verificaram em torno do sistema monetário e do aprovisionamento de matérias primas, cujo aprofundamento poderá ter consequências imprevisíveis para os trabalhadores e os povos, para as economias mais débeis e dependentes e para a paz e segurança internacionais.

São igualmente preocupantes as conclusões da cimeira da NATO realizada em Lisboa em novembro de 2010, que representam novas ameaças e perigos contra os povos de todo o mundo e confirmam um novo salto no seu reforço como aliança agressiva, responsável por vários focos de instabilidade e tensão no seu conjunto e, particularmente, com a aprovação do novo conceito estratégico. As conclusões desta cimeira configuram uma perigosa “fuga para a frente” de uma organização cuja existência se choca cada vez mais e de forma mais aberta com os direitos dos povos, o direito internacional e a organização das Nações Unidas, pelo que a sua continuidade se torna cada vez mais inaceitável.

¹ INE, 4º Trimestre de 2007 e 2010

² INE, 2º Trimestre de 2011

³ INE, 4º Trimestre 2010

45 Nesse sentido, a USL assume a exigência de dissolução da NATO e da desvinculação imediata de Portugal
46 da sua estrutura militar, posição assumida em conjunto com mais cem organizações, unidas na
47 Campanha “Paz Sim, NATO Não” que desenvolveu uma exemplar ação de esclarecimento, intervenção e
48 mobilização em defesa da paz contra a NATO, confirmada de forma significativa na grande manifestação
49 realizada em 20 de novembro de 2010. Bem como o repúdio contra a transferência para Oeiras do
50 Quartel General da Força Aérea e Naval de Reação Imediata da NATO, atualmente sediado na Itália.

51 Não existem perspectivas positivas sobre a redução das tensões em domínios essenciais. Desde logo no
52 plano bélico, mantêm-se ou agravam-se conflitos (guerras e massacres) e tensões em várias regiões do
53 globo com destaque para o médio oriente, onde Israel mantém uma política de agressão contra o povo
54 palestino, de colonização em territórios ocupados com a conivência da comunidade internacional
55 (como é o caso do Sahara Ocidental) .

56 Face à agressividade do imperialismo, à exploração e opressão que se acentua sobre os trabalhadores e
57 os povos, a USL manifesta a sua ativa solidariedade com as mais diversas formas de luta que se
58 desenvolvem em todo o mundo, com destaque para a luta dos trabalhadores e dos jovens que
59 manifestam, em numerosos países, o seu protesto face a um presente e futuro incertos. Estas são lutas
60 com conteúdos e objetivos diferenciados, que expressam uma clara vontade de mudança.

61 **1.2 A União Europeia**

62 A Europa social foi objetivamente atacada, tendo-se confirmado em absoluto o falhanço da Estratégia de
63 Lisboa, quer nos seus objetivos económicos, quer, sobretudo, nos sociais (como o pleno emprego ou a
64 erradicação da pobreza, por exemplo) .

65 As prioridades da nova orientação política e económica (A Europa 2020, que se substituiu à Estratégia de
66 Lisboa) são traduzidas em políticas que exprimem uma visão totalmente economicista e a sua aplicação
67 está orientada para a concretização dos aspetos mais liberalizadores e para o federalismo económico,
68 mas com as economias mais débeis debaixo das imposições e condicionalismos das mais poderosas.

69 A implementação da chamada “Governança económica” acentua a dependência de vários países perante
70 as imposições e interesses das grandes potências, com o reforço do sistema de sanções para os Estados-
71 membros que não cumpram as normas ditadas por estas quanto à elaboração e execução dos
72 orçamentos nacionais, e reduzem-se drasticamente os instrumentos económicos a que países como
73 Portugal podem recorrer para impulsionar a sua economia - o que configura uma grosseira ingerência e
74 um atentado à soberania destes países.

75 É neste contexto que as opções estratégicas do anterior Governo PS e do atual Governo PSD/CDS ,
76 contando com a concordância e incentivo do Presidente da República e o apoio empenhado do grande
77 patronato, constituem uma clara cedência e uma inaceitável capitulação perante as manobras
78 chantagistas e de agiotagem que, sob a batuta da Alemanha, imperam na União Europeia.

79 Esta nova “Governança económica”, assente nas velhas receitas do neo-liberalismo, coloca a descoberto
80 as fragilidades e contradições da chamada construção europeia.: a tão propalada harmonização no
81 progresso é cada vez mais uma miragem.

82 As medidas impostas estoiram completamente com o designado modelo social europeu, introduzem
83 restrições insustentáveis ao desenvolvimento económico e social do nosso país e atacam direitos
84 fundamentais dos trabalhadores e do povo. Estas medidas causarão mais desemprego, redução do
85 investimento público, mais privatizações e respetiva apropriação de setores essenciais da nossa
86 economia pelos grandes grupos económicos internacionais. Estes são aspetos que, longe de
87 responderem aos problemas do país, arrastarão o prolongamento e aprofundamento das chamadas
88 “crises da dívida soberana” e conduzirão ao agravamento da nossa situação económica e social.

89 Os trabalhadores e trabalhadoras, o povo e o nosso país não podem continuar reféns da permanente
90 chantagem e da galopante ingerência das grandes potências que impõem o seu esmagador domínio na
91 União Europeia. Portugal não pode continuar a ceder e a capitular perante os interesses das “troikas do
92 capital nacional e internacional” que nos exploram, roubam, impedem o desenvolvimento e
93 comprometem o futuro do nosso país.

94 **1.3 PS, PSD e CDS são responsáveis pela situação do país**

95 Uma opção que traduz_35 anos de política de direita levada a cabo por sucessivos Governos de
96 responsabilidade partilhada do PS, PSD e CDS (sozinhos ou coligados) que, nunca é demais repetir, são os
97 responsáveis pelo afundamento do País.

98 Considerando apenas o espaço que mediou os dois congressos da USL, é um facto inegável que a nossa
99 economia (nacional e regional) praticamente estagnou, o desemprego quase duplicou (atingindo valores
100 históricos), os salários sofreram uma quebra acentuada, agravaram-se as condições de vida da grande
101 maioria da população, aumentou a pobreza, cresceu de forma brutal o défice e o endividamento externo.

102 Esta situação resulta, não de uma qualquer inevitabilidade, mas sim de uma opção de classe que levaram
103 por diante durante 35 anos políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país

104 O PS no Governo, o PSD e o CDS na “oposição” estiveram unidos com o apoio do Presidente da República
105 na aplicação das medidas de austeridade que invariavelmente acarretaram mais sacrifícios aos que
106 menos podem e menos têm, com a imposição dos sucessivos PEC’s (pretensos Programas de Estabilidade
107 e Crescimento), Orçamentos de Estado e por fim no memorando da troika.

108 Para dar suporte a esta opção de classe, a sua política e as suas medidas mais gravosas têm contado com
109 o apoio dos poderosos meios do Grande Capital e do seu absoluto domínio sobre os principais meios de
110 Comunicação Social, nomeadamente através do desenvolvimento duma campanha que visa difundir a
111 ideia de que não existem outras soluções e propostas alternativas, uma verdadeira ofensiva ideológica de
112 convencimento da inevitabilidade da política de direita e de constantes apelos à resignação e ao
113 conformismo.

114 Uma campanha e uma ofensiva que, apesar dos fortíssimos meios de que dispõe, não conseguiu travar a
115 indignação, o protesto, a luta dos trabalhadores e do povo cujo crescente desenvolvimento contribuiu
116 decisivamente para o desgaste político e isolamento social do Governo de José Sócrates e do PS que,
117 artificialmente suportado na rejeição do PEC IV, veio a apresentar a sua demissão em abril deste ano,
118 abrindo uma crise política de que resultou a dissolução da Assembleia da República e a convocação de
119 Eleições Legislativas antecipadas.

120 Uma crise política, cujas causas derivaram do agudizar das contradições resultantes da natureza
121 antipopular da sua política e dos violentos sacrifícios exigidos ao povo, do agravamento da situação
122 económica e social e o acentuar do rumo de declínio nacional de que PS, PSD e CDS a todo custo se
123 pretendem isentar de responsabilidades.

124 Ao aceitar as políticas impostas pela União Europeia e os ditames da chamada “Governação Económica”
125 estes últimos Governos do PS, tal como os anteriores, aceitaram e continuaram uma política de
126 destruição da Indústria, da Agricultura, das Pescas, da Produção Nacional, aumentando drasticamente a
127 nossa dependência externa.

128 **1.4 O acordo com a troika do capital Internacional (UE, FMI, BCE)**

129 É nesse sentido que, prosseguindo o caminho da submissão, surge o Acordo entre PS, PSD e CDS com a
130 Troika do Capital Internacional (UE, FMI, BCE).

131 Em nome da crise e a_pretexto da necessidade de financiamento imediato e da diminuição do défice nas
132 contas públicas, foi celebrado um acordo entre o Governo do PS, o PSD e o CDS e a Troika do Capital
133 Internacional (UE, FMI, BCE) do qual resulta um programa político de capitulação perante a ingerência
134 externa que encerra a possibilidade de um golpe constitucional, um ataque fortíssimo à democracia e
135 soberania nacional, um autêntico atentado aos trabalhadores e ao povo.

136 Um Programa que a concretizar-se, implica:

137 O agravamento da exploração dos trabalhadores com a alteração da legislação laboral visando a
138 facilitação e embaratecimento dos despedimentos, o alargamento e desregulamentação do horário de
139 trabalho, o ataque à contratação coletiva; um ataque aos rendimentos dos trabalhadores e reformados

140 com a diminuição do valor dos salários e pensões, o aumento dos impostos sobre o trabalho, o consumo
141 e a habitação;

142 O brutal agravamento do custo de vida, com o duplo aumento dos preços, em consequência das
143 alterações dos escalões do IVA e do aumento dos preços dos transportes, da eletricidade e do gás, dos
144 medicamentos e das taxas moderadoras; o ataque aos trabalhadores e às funções do Estado com cortes
145 brutais nos orçamentos da Saúde, Educação, Justiça, Segurança, encerramento de Serviços Públicos,
146 eliminação de Freguesias e Municípios e redução de milhares de postos de trabalho na Administração
147 Pública;

148 A privatização de importantes empresas públicas e de outras que têm a intervenção do Estado, como a
149 EDP, a REN, a TAP, a ANA, os CTT, parte da CP, parte da CGD, que implica o agravamento do desemprego,
150 a perda de alavancas fundamentais do estado para o desenvolvimento da economia e uma recessão
151 económica no mínimo até 2013.

152 Um Programa que, ao mesmo tempo que quer impor uma regressão sem precedentes nas condições de
153 vida dos trabalhadores e do povo, assegura a entrega direta aos Grupos Financeiros de 12 mil milhões de
154 euros, além dos 35 mil milhões de euros de garantias do Estado para a Banca e da venda do BPN, "limpo"
155 de prejuízos, remetendo para o erário público prejuízos que podem atingir mais de 5 mil milhões de
156 euros depois de 3 mil milhões de euros de dinheiro público enterrado no BPN e BPP.

157 **1.5 Programa do Governo PSD/CDS**

158 Seguindo a mesma linha de capitulação perante as imposições da UE, do BCE e do FMI, o programa do
159 Governo PSD/CDS não só adota as receitas do programa da troika como as aprofunda, indo mais longe e
160 mais depressa no agravamento da situação social e económica do país, não demonstrando um mínimo
161 de responsabilidade social e de esforço para minorar os sacrifícios que vêm sendo impostos aos
162 trabalhadores/as e ao povo (bem pelo contrário).

163 Com efeito, o programa do Governo PSD/CDS constitui uma declaração de guerra aos trabalhadores e
164 aos cidadãos em geral, designadamente através de propostas subversivas em relação às leis laborais e de
165 ataque fortíssimo às funções sociais do Estado e à prestação de serviços públicos. A ser posto em prática,
166 ele gerará mais desemprego, redução dos salários e das pensões, aumento do custo de vida,
167 aprofundamento das injustiças e das desigualdades, fomentará a pobreza e afetará gravemente várias
168 gerações de trabalhadores.

169 No atual contexto europeu, Portugal (após anos de crescimento anémico, em resultado das políticas
170 seguidas por sucessivos governos e de cedência à chantagem e oportunismo do sistema financeiro)
171 caminhará, com este governo de Direita, para o prolongamento e agravamento da recessão e da crise
172 económica e social, vendo comprometido o necessário e urgente desenvolvimento do país.

173 As promessas eleitorais do PSD e do CDS de não aumentar os impostos e de não se tocar no subsídio de
174 natal não foram cumpridas, criando um pesadelo para os trabalhadores, a juventude, os reformados e
175 outras camadas da população.

176 Retomando uma prática caricata do Governo PS, o anúncio daquele que é apresentado como o último
177 programa de austeridade antecede o último que acrescenta mais sacrifícios àqueles que tão sacrificados
178 têm sido com esta política.

179 PSD e CDS levam a cabo uma política de cortes cegos na "despesa", avançando com novos e perigosos
180 ataques aos serviços públicos e às funções sociais do Estado, com destaque para a saúde, a educação e a
181 segurança social. Prosseguem o abandono da produção nacional, de que a desindustrialização e a
182 crescente dependência externa são expressões mais relevantes. Privatizam e alienam (sempre com o
183 "saldo" a favor do capital) empresas estratégicas de produção e distribuição de energia,
184 telecomunicações, combustíveis, água e transportes.

185 A recente proposta de Orçamento de Estado 2012 constitui uma verdadeira declaração de guerra aos
186 trabalhadores, reformados e outras camadas da população.

187 A hora é, pois, de ação e de combate para derrotar esta política de desastre nacional, desde já
188 desenvolvendo um forte trabalho para a concretização de uma grandiosa Greve Geral no próximo dia 24
189 de novembro.

190 **1.6 Por um outro modelo de desenvolvimento no distrito de Lisboa e no país**

191 Lisboa é cada vez menos um pólo produtivo no contexto nacional e internacional.

192 Em Lisboa sente-se de forma muito intensa as consequências de uma política (anti) económica que tem
193 privilegiado a esfera do comércio e serviços, a par da economia especulativa, em detrimento do aparelho
194 produtivo - o que tem elevados custos para o país, para a região, para a sua população e trabalhadores.

195 Nenhum país ou região vive apenas de comércio e serviços. Grande parte dos bens que usamos e
196 consumimos continua a ser de produção industrial. A grande diferença é que são crescentemente
197 produzidos noutras partes da Europa e do mundo.

198 São vários os indicadores que apontam para o que podemos designar como uma terciarização excessiva
199 da região e distrito de Lisboa. Hoje, 80,9% dos estabelecimentos empresariais e 81,9% dos trabalhadores
200 por conta de outrem no distrito de Lisboa pertencem ao setor terciário (comércio e serviços⁴).

201 Entre 2007 e 2009 (últimos dados disponíveis), perderam-se, só no nosso distrito, 7.662 postos de
202 trabalho na indústria transformadora.

203 Os governos sucessivos e alternados de PS, PSD, PSD/CDS, numa linha de cedência aos interesses do
204 grande capital nacional e transnacional, desenvolveram políticas e consumaram atos que configuram
205 autênticos crimes contra a economia da região e do país e contra a própria soberania nacional.

206 Ao mesmo tempo, através de incentivos e benefícios vários, os sucessivos Governos têm procurado atrair
207 o investimento estrangeiro, diríamos que a "qualquer preço", sem quaisquer garantia de contrapartidas e
208 de estabilidade na produção e, mais ainda, nos postos de trabalho criados.

209 Assim, têm encerrado e saído da nossa região e país importantes indústrias de Metalurgia; Material
210 elétrico e eletrónico; Têxteis; Cerâmica e vidro; Artes gráficas; Químicas e farmacêuticas, entre outras -
211 com impactos e graves consequências para o distrito e para as regiões onde estão inseridas, tanto a nível
212 económico como social; diminuindo a nossa capacidade de fazer face à crise e aumentando a nossa
213 dependência externa.

214 A título de exemplo recordamos o encerramento de importantes empresas no Distrito como a Singer, a
215 Papelaria Fernandes e demais empresas associadas, a Pereira da Costa.

216 O desperdício do património industrial, a falta de uma política integrada e de visão inovadora e criativa
217 têm conduzido o país e, de um modo muito particular a região de Lisboa, ao definhamento e aniquilação
218 do aparelho produtivo.

219 O enfraquecimento e aniquilamento de grande parte do tecido produtivo surge associado à destruição
220 de milhares de postos de trabalho e ao conseqüente aumento do desemprego e precariedade.

221 A Taxa de desemprego na região de Lisboa atingiu no segundo trimestre deste ano os 13,5% (situando-se
222 acima da taxa de desemprego nacional). São perto de 200 mil pessoas e suas famílias a viver uma das
223 realidades mais duras e graves que se vivem no nosso país e região.⁵

224 São milhares de mulheres, homens e suas famílias que vivem o drama do desemprego. Muitos deles não
225 conseguem retornar ao mercado de trabalho ou fazem-no apenas pela via da precariedade, de mais
226 baixos salários e mesmo da clandestinidade.

227 São saberes, tradições e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos que são desperdiçados.

228 São empresas que encerram por efeito de dominó, pondo em causa a economia e as condições de vida
229 de localidades e regiões inteiras, aumentando os fenómenos de pobreza e de exclusão social.

⁴ Fonte: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Mapa de Quadros de Pessoal – 2009

⁵ INE, Inquérito ao emprego, 2º Trimestre de 2011

230 Uma região que não produz é uma região que não cresce, é mais pobre, mais dependente, mais frágil,
231 menos soberana e com menos recursos.

232 A par do desemprego, continua a incapacidade de promover mais e melhor emprego e a aposta clara e
233 estratégica na generalização do trabalho precário. Na região de Lisboa, um quarto dos seus trabalhadores
234 por conta de outrem não têm um vínculo de trabalho estável⁶.

235 É preciso retirar Portugal da recessão económica e fazer crescer a economia. Neste sentido a USL
236 continuará a afirmar e a lutar:

- 237 • Por uma outra estratégia de desenvolvimento económico e social do distrito e região de Lisboa.
- 238 • Pela renegociação da dívida, dos seus prazos e juros, sendo que o objetivo de redução do défice para
239 3% só deverá ser alcançado em 2016/2017;
- 240 • Pela necessidade de pôr o país a produzir mais, priorizando o investimento no setor produtivo para
241 responder às necessidades do mercado interno, reduzindo as importações e o endividamento.
242 Apostar na indústria transformadora moderna e crescentemente geradora de riqueza, enquanto fator
243 fundamental para a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento do país e da
244 região.
- 245 • Contra o processo de privatizações apontado no “memorando da troika”. É fundamental reforçar o
246 papel do Estado nos setores e empresas estratégicas.
- 247 • Fazer pagar mais a quem mais riqueza tem, combatendo a fraude, a evasão e os paraísos fiscais,
248 combatendo a economia clandestina.
- 249 • Garantir e implementar políticas de proteção aos mais desfavorecidos, investir nos serviços públicos e
250 nas funções sociais do Estado.
- 251 • Pela valorização do trabalho, dos trabalhadores e do emprego com direitos enquanto elementos
252 essenciais e centrais para a dinamização da economia do país e da região.

⁶ INE, Inquérito ao Emprego, 2º Trimestre de 2011

2 - SALÁRIOS, EMPREGO, AÇÃO REIVINDICATIVA, CONTRATAÇÃO COLETIVA, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2.1 Emprego com Direitos

O emprego tem sido fortemente penalizado com os problemas conjunturais e estruturais do país e do distrito. A prossecução de um modelo de desenvolvimento errado, a forte exploração da mão de obra e a tentativa de substituição de trabalhadores mais antigos por novos trabalhadores à custa da precariedade e da retirada de direitos têm graves consequências económicas e sociais.

O direito ao trabalho, ao pleno emprego e a proibição dos despedimentos sem justa causa são entre outros, direitos fundamentais inscritos na CRP, e compete ao Estado respeitar e assegurar a todos os cidadãos. No entanto o acordo com as instâncias estrangeiras vem pôr em causa a lei fundamental do país e sacrificar o emprego, com implicações no crescimento económico, na degradação da qualidade do emprego e na diminuição da proteção social, em particular na redução dos direitos dos desempregados, a qual constitui também um fator de aumento de pobreza.

Para a USL impõe-se pôr termo a estas políticas e efetuar uma mudança de rumo. Assim, no próximo quadriénio, a USL desenvolverá a sua ação e luta no sentido de exigir a efetivação de:

- Uma estratégia de desenvolvimento do país que aposte no setor produtivo, na agricultura e pescas, em particular a necessidade da reindustrialização de modo a substituir importações, só assim é possível inverter este quadro e perspetivar o desenvolvimento sustentável.
- Uma estratégia que dinamize a economia, travando o declínio económico, que melhore as condições de vida e que torne a sociedade menos desigual, mais justa e mais coesa, já que a generalidade das famílias vive com dificuldades.
- Políticas que melhorem as condições de trabalho, que promovam o emprego com direitos e combatam a precariedade, que melhorem a proteção social no desemprego, que garantam o direito de contratação coletiva posto em causa pelo Código de Trabalho e pelas medidas de austeridade agora firmadas e introduzidas no programa do atual governo PSD/CDS.
- A melhoria de salários e prestações sociais, como forma de elevar as condições de vida dos trabalhadores e como estratégia fundamental para a dinamização da economia.
- A paragem das privatizações e o reforço da intervenção do Estado em empresas estratégicas para o desenvolvimento do país, o aumento do investimento público e a definição de opções que estimulem o investimento em projetos estruturantes para o desenvolvimento do setor produtivo, permitindo desta forma a substituição de importações por produtos nacionais.

2.2. Direito ao trabalho, contratação coletiva e legislação trabalho

O Governo PSD/CDS tem colocado a tónica na necessidade de aumentar a competitividade das empresas e da economia, partindo do pressuposto de que a baixa competitividade resulta, predominantemente, da “rigidez” das leis laborais.

Para a USL o objetivo de combater a segmentação do mercado de trabalho deve ser prosseguido com o combate à precariedade e pela proibição de celebração de contratos a termo para postos de trabalho de natureza permanente.

Será a estabilidade do emprego, a par da melhoria da educação e da formação profissional dos trabalhadores, que contribuirá para um maior crescimento económico.

42 Simultaneamente, a USL considera que a contratação coletiva é um elemento fundamental de regulação
43 das relações de trabalho, de adequação das normas legais às realidades sectoriais e de empresa, de
44 fixação das condições de trabalho e dos salários e um meio indispensável para a resolução dos conflitos
45 laborais.

46 A USL reivindica:

- 47 • A abolição das recentes medidas de redução dos valores das indemnizações por despedimento,
48 do regime que permite as alterações “acordadas” do horário de trabalho (bancos de horas), do
49 trabalho suplementar gratuito, da facilitação do recurso ao lay-off, da concentração e alteração
50 das datas de gozo dos feriados e ainda de todas as medidas que visam precarizar as relações de
51 trabalho (trabalho temporário, prorrogação de contratos a termo, contrato único);
- 52 • O combate a qualquer alteração legislativa que ponha em causa a liberdade de negociação
53 coletiva, passando-a para as Comissões de Trabalhadores;
- 54 • A recusa da consideração do despedimento individual por inadaptação do trabalhador, mesmo
55 sem que ocorra a introdução de novas tecnologias ou outras alterações no posto de trabalho e
56 que já anteriormente foi considerado inconstitucional;
- 57 • A abolição das medidas objetivas de seleção do trabalhador a despedir que podem, ao contrário
58 do que se faz parecer, originar discriminações (seja a ordem pré-definida de antiguidade nos
59 despedimentos individuais por extinção do posto de trabalho, seja a tentativa de transferência
60 do trabalhador para outro posto de trabalho disponível);
- 61 • A eliminação na legislação do trabalho da discriminação relativa à contratação a termo de jovens
62 e desempregados de longa duração;
- 63 • A consagração da convenção coletiva de trabalho como instrumento de progresso social e como
64 mecanismo de adaptação/melhoramento da lei, que apenas pode ser alterada por convenção
65 que disponha de forma mais favorável;
- 66 • A obrigatoriedade de assegurar o equilíbrio na relação entre as partes negociais, protegendo a
67 parte mais frágil, a dos trabalhadores, privilegiando a boa-fé negocial e a revogação de regras de
68 caducidade das convenções coletivas de trabalho, a fim de pôr termo aos constrangimentos por
69 aquelas impostas à parte negociadora sindical e que impedem a igualdade das partes na
70 negociação.

71 **2.3 Combate ao desemprego**

72 Segundo o relatório “Emprego na Europa 2010”, Portugal foi o segundo país que mais emprego perdeu
73 devido à crise, logo a seguir à Espanha. Entre o 2º trimestre de 2010, por cada 1% de quebra no PIB
74 (Produto Interno Bruto), o emprego reduziu-se 1% no nosso país.

75 Como referência, e apesar de todas as limpezas estatísticas em que o IEFP é exímio, em junho de 2011
76 estavam inscritos nos centros de emprego do distrito de Lisboa mais 22.836 desempregados que em
77 igual mês de 2007. É um aumento brutal, que tem consequências pessoais e sociais profundas e
78 devastadoras.⁷

79 Para a USL há que travar a destruição acelerada do emprego e combater a precariedade e o trabalho não
80 declarado.

81 A resolução dos problemas do emprego e a redução do desemprego só se conseguem por via de uma
82 política que promova o crescimento económico e assegure a criação de empregos de qualidade.

83 A USL defende como grande prioridade da sua ação no próximo quadriénio a continuação e
84 aprofundamento da sua atuação e luta:

⁷ IEFP, Desempregados inscritos, junho de 2007 e 2011

- 85 • Pela promoção do emprego estável e com direitos, associada ao combate à precariedade, e à
86 prevenção do desemprego, devendo ser adotadas políticas que permitam a criação de postos de
87 trabalho.
- 88 • Pelo direito à proteção social no desemprego e o combate à realização de cortes nas prestações
89 de desemprego (a mais recente das quais pretende a redução do período máximo de concessão
90 do subsídio de desemprego para 18 meses e a diminuição de 10% do seu valor partir do 6.º mês
91 sem encontrar trabalho).
- 92 • Contra a redução das indemnizações por despedimento, a generalização da precariedade, a
93 redução dos direitos, dos salários e da proteção social constituem um retrocesso social e
94 civilizacional.
- 95 • Pela criação das condições macroeconómicas de aproveitamento e redireccionamento dos
96 apoios públicos para os setores estratégicos que permitam criar emprego;
- 97 • Pela paragem das privatizações e a realização de investimentos em áreas estratégicas;
- 98 • Pelo reforço da fiscalização e a limitação dos contratos de trabalho de duração determinada a
99 necessidades temporárias de trabalho (no setor privado e no setor público);
- 100 • Pelo pagamento, nas situações comprovadas de falsos recibos verdes, da mesma taxa
101 contributiva para a Segurança Social devida pela contratação de trabalhadores por conta de
102 outrem, considerando-se automaticamente a existência de contrato de trabalho subordinado;
- 103 • Pela aposta na formação profissional contínua, devendo a ACT (Autoridade para as Condições do
104 Trabalho) fiscalizar o cumprimento da efetivação do direito dos trabalhadores a um número
105 mínimo de horas anuais de formação e articular a formação profissional (inicial e contínua) com
106 as necessidades do mercado de trabalho e do desenvolvimento do País.
- 107 • Pelo aproveitamento das qualificações dos jovens que neste momento estão a sair ou a pensar
108 sair do país por falta de emprego ou por terem empregos precários e/ou mal pagos.
- 109 • Pelo Descongelar as admissões na Administração Pública, o que permitirá absorver muitos dos
110 jovens qualificados hoje desempregados ou subocupados;
- 111 • Por Repor as condições de acesso ao subsídio de desemprego;
- 112 • Por Prolongar o subsídio social de desemprego para quem deixou de ter proteção;
- 113 • Para garantir um maior acompanhamento e fiscalização dos programas ocupacionais e dos
114 contratos emprego-inserção, celebrando contratos de trabalho permanentes quando houver
115 ocupação de postos de trabalho permanentes das entidades apoiadas.
- 116 • Intervir, denunciar e procurar contrariar sempre que estejam ameaçadas empresas e postos de
117 trabalho no distrito;
- 118 • Agir junto dos desempregados no sentido de conhecerem e exigirem os seus direitos,
119 transmitindo o apoio e solidariedade que precisam e trazendo-os para a luta contra a falsa
120 inevitabilidade do desemprego.

121 **2.4 Precariedade**

122 O trabalho precário representa uma das formas de flexibilizar o mercado de trabalho, reduzindo custos,
123 atirando um número crescente de trabalhadores (jovens e menos jovens) para uma instabilidade laboral
124 que se reflete também na instabilidade das suas vidas.

125 Os sucessivos governos que têm estado no poder nos últimos 35 anos, têm alimentado e promovido a
126 precariedade laboral: seja no regime de recibos verdes (que na sua maioria são falsos e em que o
127 trabalhador na verdade cumpre uma função onde deveria ter um contrato de trabalho permanente), seja
128 permitindo e incentivando no sentido de que em funções permanentes se continue a ter trabalhadores
129 com contratos a prazo, seja porque nunca se fez um verdadeiro ataque ao trabalho clandestino.

130 O Contrato Único e a facilitação dos despedimentos que este governo PSD/CDS pretende impor, é uma
131 forma de aumentar a precariedade, reduzindo os custos do trabalho para o capital, atacando mais uma
132 vez os trabalhadores.

133 Na região de Lisboa, a Precariedade que se pode medir pelos dados estatísticos (excluindo por isso os
134 milhares de trabalhadores com falsos recibos verdes ou envolvidos em contextos de trabalho ilegal e
135 clandestino) atinge já cerca de 265 mil trabalhadores por conta de outrem na região de Lisboa (um
136 quarto do total dos trabalhadores), dos quais 61% têm menos de 35 anos.⁸

137 Na região, mais de 6 em cada 10 trabalhadores com menos de 25 anos têm um contrato de trabalho
138 precário. Muitos trabalham em call centers de grande empresas como a EDP, PT ou Zon, com contratos
139 de 6 meses que muitas vezes não são renovados. Também no setor do comércio a precariedade está
140 instalada com os contratos a termo certo e contratos de tempo parcial (que muitas vezes obrigam os
141 trabalhadores a ter que acumular com um ou mais trabalhos complementares). No setor da saúde são
142 milhares os trabalhadores que em Lisboa têm vínculos precários ou que estão em regime de sub-
143 contratação. No setor dos espetáculos são milhares os que vivem com falsos recibos verdes cumprindo as
144 mesmas funções durante anos na mesma empresa.

145 Muitos dos trabalhadores com vínculo precário nunca chegam a ter vínculo com a empresa onde
146 trabalham. Para muitos, o seu vínculo é com uma empresa de trabalho temporário e são vários os casos
147 de trabalhadores que trocaram várias vezes de empresa de trabalho temporário sem nunca terem saído
148 da mesma função desempenhada há vários anos na mesma empresa. Em setores como a construção, a
149 restauração, entre outros, é muito comum encontrar casos de trabalho ilegal ou clandestino.

150 Também o uso abusivo do trabalho não remunerado, muito comum nos estágios e no denominado
151 trabalho voluntário, são uma forma de precarizar ainda mais a vida do trabalho.

152 Generalizam-se as empresas (incluindo nos Serviços Públicos e no Setor Empresarial) que usam
153 mecanismos legais para praticar a ilegalidade da precariedade: o recurso sucessivo a contratos a termo
154 certo para funções permanentes, o uso abusivo das ETT, o uso dos falsos recibos verdes e o trabalho
155 clandestino, assim como dos estágios não remunerados.

156 A precariedade é ilegal e injusta. Os trabalhadores já afirmaram com a sua luta que querem vínculos
157 estáveis e a possibilidade de construir o seu presente e o seu futuro com dignidade e estabilidade.

158 A Precariedade é responsável pelo aumento das desigualdades, por horários desregulados a que os
159 trabalhadores com vínculo precário estão ainda mais sujeito, pelos salários baixos, por uma maior
160 exposição a acidentes de trabalho e doenças profissionais (inclusive do foro psicológico), pela
161 insegurança permanente de não saber se no fim do mês se vai ou não continuar a trabalhar.

162 Sendo o trabalho um elemento central na vida das pessoas e na sociedade em que vivemos, a
163 precariedade provoca não só a degradação das condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores,
164 com graves e inevitáveis consequências em inúmeras dimensões da sua vida.

165 A USL assume a urgência de políticas que combatam a precariedade, ao contrário daquelas que têm sido
166 assumidas nos últimos anos, políticas que permitam:

- 167 • Terminar com o flagelo dos falsos recibos verdes, de modo a que a cada falso recibo verde
168 corresponda um vínculo de trabalho efetivo.
- 169 • Passar a efetivo os trabalhadores que cumprem funções de caráter permanente.
- 170 • Investir na produção nacional, na criação de emprego com direitos, estabilidade, salários dignos,
171 horários que possibilitem a conciliação entre a vida pessoal e laboral.
- 172 • Promover a contratação coletiva e assegurar os direitos laborais conquistados em anos e anos de
173 luta.
- 174 • Combater a imposição do contrato único, que constitui uma enorme injustiça para os
175 trabalhadores.

⁸ INE, Inquérito ao Emprego, 4º Trimestre 2011

176 **2.5 Os salários, a repartição dos rendimentos e a política fiscal**

177 A política de rendimentos, na qual se insere o salário mínimo nacional (SMN), está refém de uma visão
178 que coloca o problema da competitividade num pretense peso elevado das remunerações para as
179 empresas.

180 Na realidade, outros fatores pesam muito mais nos custos das empresas do que as remunerações.

181 É o caso dos consumos intermédios (que representam 65% dos custos totais), seja na componente dos
182 fornecimentos e serviços externos (38%), seja nas matérias consumidas (26%).

183 As remunerações têm um peso de 18% e são contrapartida pelo trabalho prestado.

184 Com base nesta mistificação, os trabalhadores têm sido sujeitos a salários baixos e o país confinado a um
185 perfil produtivo de baixo valor acrescentado.

186 Também é um erro pensar que os problemas económicos se resolvem com a baixa do custo com o
187 trabalho, como é o caso da recente proposta de duração do trabalho em mais 2,5 horas, das 40
188 para as 42,5 horas semanais, que, sendo ilegal e subvertendo a negociação da contratação
189 coletiva, irá reduzir, em média, os salários em 7% e aumentar o desemprego.

190 A USL reivindica:

- 191 • O cumprimento do Acordo sobre o SMN que estabelece para 2011 os 500 € e para 2013 os 600 €;
- 192 • O aumento do poder de compra pelo crescimento dos salários, como meio de dinamização da
193 economia por via do reforço da procura interna e como fator de motivação dos trabalhadores.
- 194 • O fim das políticas de corte dos salários, subsídios de férias e natal dos trabalhadores e das
195 pensões dos reformados/aposentados da Administração pública e do Setor Privado.

196 **2.6 O tempo de trabalho - duração e organização dos horários de trabalho**

197 Vivemos atualmente uma enorme ofensiva do patronato com o apoio dos partidos que têm praticado a
198 política de direita contra a importantíssima conquista dos trabalhadores ao se consagrar na lei e na
199 contratação coletiva o limite de 40 horas de trabalho semanais.

200 As alterações introduzidas em 2009 ao Código do Trabalho (CT) foram mais um passo desta ofensiva
201 contra a regulação dos horários de trabalho, com a introdução de conceitos como a adaptabilidade, o
202 banco de horas, os horários concentrados.

203 A ofensiva patronal tem agora uma nova escalada com as pretensões de alteração da legislação incluídas
204 no Acordo, subscrito pela UGT e que a CGTP-IN liminarmente recusou, na Concertação Social e com as
205 medidas contidas no memorando assinado entre o anterior e o atual governo com a Troika do
206 FMI/UE/BCE que preconizam alterações à negociação coletiva para permitir ao patronato impor aos
207 trabalhadores os seus objetivos.

208 O patronato e os partidos que sustentam a ofensiva encontrarão a firme resistência e luta dos
209 trabalhadores e das suas organizações de classe contra quaisquer iniciativas legislativas que pretendam
210 legitimar a prática da flexigurança / desregulação dos horários de trabalho.

211 Assim a USL exige:

- 212 • O cumprimento do limite máximo de 40 horas de trabalho semanais e a redução progressiva para
213 as 35 horas de trabalho semanais
- 214 • O pagamento do trabalho extraordinário conforme consta nas CCT, a redução do recurso ao
215 mesmo e o respeito pelo descanso semanal
- 216 • O respeito pelo direito dos trabalhadores a um maior controlo do seu tempo de trabalho e à
217 conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar.

- 218 • O combate à pretensão de aumento da duração do trabalho em mais 2,5 horas semanais, que
219 constitui um retrocesso civilizacional, é ilegal e subverte a negociação da contratação coletiva

220 **2.6 Acidentes de Trabalho e doenças profissionais**

221 Vivemos uma época em que os direitos raramente são respeitados, pelo que a atuação dos
222 representantes dos trabalhadores é de primordial importância na defesa e na imposição do cumprimento
223 das normas que permitam a prestação do trabalho em condições dignas, justas e saudáveis.

224 Todos nós nos deparamos com acidentes perfeitamente negligentes e evitáveis, originados
225 principalmente pelos inadequados locais e condições de trabalho, aliados às muitas vezes fracas
226 condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, sujeitos a um desgaste cada vez mais violento.

227 Aos cortes nas despesas com a segurança dos edifícios, equipamentos e condições de trabalho, sucede-
228 se uma enorme pressão para a execução cada vez mais rápida dos mais variados trabalhos, o que
229 potencia o risco do acidente.

230 No distrito de Lisboa, em apenas um ano registaram-se 42.341 acidentes de trabalho, correspondendo a
231 uma média de 166 acidentes de trabalho por dia.⁹

232 Se a cultura nesta matéria é deficitária junto dos trabalhadores, quase sempre por falta de formação e
233 informação, também é uma realidade o constante desprezo, pelas entidades patronais, pelas mais
234 elementares regras preventivas, que vêm no investimento em cuidados de segurança, apenas custos a
235 controlar.

236 Somos pois confrontados com um dilema - condições de trabalho ou acidente - a que urgentemente
237 teremos que responder de forma decisiva e inequívoca, exigindo as condições de segurança necessárias.

238 Assim, para o quadriénio 2011-2015, a USL exige:

- 239 • Apostar na reivindicação junto das empresas para um maior investimento em organização,
240 prevenção, formação e participação dos trabalhadores;
- 241 • Um maior investimento por parte das empresas no combate às condições laborais que originam
242 acidentes de trabalho;
- 243 • O reforço da sensibilização dos trabalhadores, por parte das empresas e sindicatos para o uso de
244 equipamentos de proteção, como forma de se evitarem acidentes de trabalho;
- 245 • O investimento e o acesso gratuito à formação dos trabalhadores na área da Segurança e Saúde
246 no Trabalho;
- 247 • Maior intervenção e fiscalização por parte da ACT.

248 **2.7. O Trabalho e o combate às discriminações**

249 Com o agravamento e regressão da situação social as desigualdades e discriminações atingem de forma
250 particular as mulheres trabalhadoras, mas também os jovens, os imigrantes, as minorias étnicas, as
251 pessoas com deficiência e as pessoas com orientação sexual diferente.

252 Em matéria da igualdade de oportunidades, temos de ser mais exigentes na denúncia e intervenção do
253 movimento sindical, no sentido da eliminação de todas as diversas formas de discriminação, direta e
254 indireta, no trabalho, entre as quais o racismo e a xenofobia, a discriminação em função do sexo, da
255 idade e as situações de assédio laboral (inclusive como forma de discriminação sindical).

256 Assim, a USL define para o próximo quadriénio:

- 257 • Promover uma maior sensibilização da estrutura para os riscos e consequências da discriminação
258 nos locais de trabalho e modos de contrariar esta realidade

⁹ GEP, Acidentes de Trabalho 2008

- 259 • Realizar um levantamento sobre as situações de assédio nos locais de trabalho e promover ações
260 para a sua denúncia.

261 **2.8. Educação ao longo da vida e Formação profissional**

262 É frequentemente referido, mas raramente concretizado, que um maior nível de formação contribui para
263 a melhoria do desempenho profissional, o que reverte para o aumento da qualidade e competitividade
264 das empresas. Infelizmente, também nesta matéria as vistas patronais continuam a ser curtas.

265 O saber e o conhecimento são instrumentos de progresso, de crescimento individual e coletivo.

266 Num país com as maiores taxas de insucesso e abandono escolar da Europa, a educação e a formação ao
267 longo da vida ganham uma importância acrescida.

268 Romper com o modelo assente nas baixas qualificações e nos baixos salários exige a promoção da
269 formação profissional como elemento essencial e estratégico.

270 A formação e a educação ao longo da vida constituem um direito de todos os cidadãos e são
271 instrumentos indissociáveis do desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, mas também
272 para o desenvolvimento económico assente na promoção de emprego de qualidade e que nos coloque
273 num outro patamar de exigência.

274 Uma ação sindical direcionada é essencial para a efetiva concretização do direito à formação profissional
275 de qualidade e certificada.

276 Neste sentido, a USL traça como principais orientações para esta frente de trabalho:

- 277 • Defender uma aposta séria na educação e na formação ao longo da vida, enquanto elementos
278 essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores no ativo, com
279 inegáveis vantagens competitivas para as empresas e para a economia do distrito e do país.
- 280 • Exigir, através da ação reivindicativa, da negociação coletiva e nas estruturas de representação, a
281 criação de respostas concretas face à necessidade de melhoria da qualificação dos trabalhadores
282 nas empresas, nomeadamente pela aplicação da legislação em vigor, com vista a dar acesso, aos
283 trabalhadores, a ações de formação e de certificação das suas competências e à sua devida
284 valorização nas empresas.
- 285 • Intensificar a atuação junto dos trabalhadores e das empresas, designadamente informando os
286 trabalhadores dos seus direitos e exigindo que as empresas cumpram a legislação em vigor.
- 287 • Defender a importância da formação dos trabalhadores das empresas em situação económica
288 difícil, em processos de falência ou insolvência, em reestruturação, reorganização ou
289 modernização tecnológica, com vista à sua reintegração ou reconversão profissional. Assim como
290 a formação dos trabalhadores inativos ou na situação de desemprego.
- 291 • Rentabilizar e divulgar os recursos formativos existentes no movimento sindical, com particular
292 destaque para as formações ministradas pelo Centro de formação Inovinter e pelo Instituto Bento
293 Jesus Caraça.

294 **2.9. Direitos liberdades e garantias**

295 Os Direitos, Liberdades e Garantias dos trabalhadores integram um dos capítulos mais progressistas da
296 Constituição da República Portuguesa e constituem um dos pilares fundamentais do regime democrático
297 saído do 25 abril.

298 A segurança no emprego; a criação das Comissões de Trabalhadores; a liberdade sindical; os direitos das
299 associações sindicais e a contratação coletiva; o direito à greve e proibição do lock-out – são princípios
300 que, desde logo, foram considerados fundamentais pela Assembleia Constituinte para assegurar a
301 proteção dos trabalhadores na relação com o capital.

302 Estes são pilares fundamentais dum país democrático. A democracia não se reforça com posições
303 autoritárias e arrogantes, potenciadoras do medo e inibidoras da participação cívica.

304 A democracia aprofunda-se e revitaliza-se através da criação de condições que estimulem e incentivem a
305 participação dos trabalhadores e das populações num clima de ampla liberdade e sem
306 condicionamentos, seja de que tipo for.

307 No entanto, várias foram as revisões e mutilações efetuadas na versão original Constituição da República
308 Portuguesa aprovada em 1976. Durante estes 35 Anos, o patronato e os partidos que, em conjunto ou
309 alternadamente têm estado no poder (PS, PSD, CDS), tudo têm feito para alterar estes pressupostos,
310 procurando por todas as vias diminuir a capacidade reivindicativa e de luta dos trabalhadores e dos seus
311 sindicatos.

312 É hoje claro que só a resistência dos sindicatos da CGTP-IN e luta dos trabalhadores organizados tem
313 permitido a manutenção destes direitos como conquistas alienáveis do regime democrático. Contudo e
314 procurando “atropelar” a Lei Fundamental o governo PSD/CDS com o PS a deter também grande
315 responsabilidade na atual situação, está a levar a cabo um conjunto significativo de medidas legislativas
316 com o objetivo primário de alterar esta correlação de forças, deixando desprotegidos aqueles que logo à
317 partida se encontram numa situação mais desfavorável – os Trabalhadores.

318 É neste quadro de sucessivas tentativas de subversão do regime democrático e perante uma crescente
319 insatisfação e luta dos trabalhadores que o Governo e o patronato pretendem impor graves e
320 inadmissíveis restrições à atividade dos sindicatos e dos seus dirigentes em todos os setores,
321 pretendendo ainda impor por via legislativa (sustentada numa maioria parlamentar) o que o patronato
322 não consegue obter no confronto direto nos locais de trabalho.

323 O direito à greve e o direito de manifestação têm também eles sido também alvos de fortes pressões e
324 tentativas de limitação por parte do patronato e do governo, muitas das vezes com o recurso à utilização
325 das forças policiais, sempre com o objetivo de intimidar e limitar estes direitos dos trabalhadores,
326 procurando por esta via salvaguardar os interesses do patronato e grande capital. É disso exemplo a
327 atuação das forças policiais durante os piquetes de greve da grandiosa Greve Geral de 24 Nov/10.

328 Ao contrário do que os sucessivos Governos e o patronato pretendem, as empresas e os locais de
329 trabalho não podem funcionar como um espaço vedado ao exercício dos direitos individuais e coletivos
330 dos trabalhadores e à margem das normas do funcionamento democrático da sociedade, pelo que a USL
331 propõe-se continuar a:

- 332 • Assumir o exercício da atividade sindical como elemento determinante na dinamização da luta
333 pela defesa dos direitos dos trabalhadores;
- 334 • Exigir uma maior celeridade da justiça no trabalho; a revisão das leis sobre custas judiciais e apoio
335 judiciário com vista a viabilizar o acesso dos trabalhadores aos Tribunais;
- 336 • Reclamar uma intervenção coordenada das diversas Inspeções e uma reformulação global da
337 ACT, compatível com os objetivos que devem nortear uma Inspeção responsável pela fiscalização
338 das normas de trabalho.
- 339 • Utilizar o direito à greve como instrumento decisivo para a defesa e conquista dos direitos dos
340 trabalhadores.
- 341 • Exercer o direito de manifestação, como um fator das liberdades sindicais e da própria
342 democracia.

343 **2.10. A ação reivindicativa na empresa e local de trabalho**

344 A ação reivindicativa assume um caráter estratégico no desenvolvimento da ação sindical, tendo como
345 principal objetivo a promoção dos direitos económicos, sociais e sócio-profissionais dos trabalhadores, a
346 resolução dos seus problemas coletivos e individuais e a melhoria das condições de trabalho e qualidade
347 de vida.

348 Num quadro de agravamento da exploração e de ataque brutal aos direitos e condições de trabalho e de
349 vida dos trabalhadores a luta pelo aumento dos salários, a defesa dos direitos, o combate à
350 desregulamentação do horário de trabalho e à precariedade, a defesa e promoção da contratação
351 coletiva, o combate ao desemprego e a afirmação da liberdade de organização e ação sindicais, são
352 batalhas políticas decisivas para os trabalhadores e para o distrito pois contêm, nos seus objetivos,
353 aspetos centrais de reais soluções de combate à crise.

354 Neste sentido, é imperioso dinamizar uma forte ação reivindicativa nas empresas, locais de trabalho e
355 serviços dos setores privado e público, em articulação com a dinamização da contratação coletiva, contra
356 os bloqueios patronais, envolvendo os trabalhadores na decisão sobre a apresentação das propostas
357 reivindicativas e a marcação das lutas necessárias para assegurar os objetivos.

358 É nas empresas e locais de trabalho que se travam as batalhas decisivas e é aí que precisamos de estar
359 mais organizados.

360 Neste sentido, a ação reivindicativa nas empresas e locais de trabalho tem de ser desenvolvida sempre
361 numa perspetiva de trabalho sindical integrado, que vise o desenvolvimento da ação sindical, como um
362 todo, envolvendo os quadros sindicais e dinamizando a ação, definindo objetivos e programando ações
363 de forma faseada, promovendo a participação dos trabalhadores, fomentando a sindicalização, elegendo
364 delegados sindicais e representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho,
365 reforçando toda a organização e intervenção sindical, aprofundando a cooperação solidária e de classe
366 com as Comissões de Trabalhadores.

367 A USL/CGTP-IN continuará a desenvolver a sua atuação no sentido de:

- 368 • Promover a ligação dos Sindicatos aos trabalhadores e garantir a participação ativa destes na
369 definição e concretização das suas reivindicações;
- 370 • Fomentar a sindicalização e reforçar a organização sindical nos locais de trabalho;
- 371 • Determinar em nosso favor a correlação de forças na contratação coletiva, pressionando as
372 associações patronais a partir da ação desenvolvida nos locais de trabalho;
- 373 • Contribuir para o desbloqueamento das negociações sectoriais, combatendo o boicote
374 sistemático do patronato, que tem contado com o apoio dos sucessivos governos;
- 375 • Exigir as atualizações salariais, lutar pelos objetivos fixados na proposta reivindicativa sectorial e
376 combater a chantagem patronal.

377 É preciso retirar Portugal da recessão económica e fazer crescer a economia. Neste sentido a USL
378 continuará a assumir como objetivos fundamentais:

- 379 • É necessário renegociar a dívida, os seus prazos e juros.
- 380 • O objetivo de redução do défice para 3% só deverá ser alcançado em 2016/2017;
- 381 • É preciso pôr o país a produzir mais, priorizando o investimento no setor produtivo pra responder às
382 necessidades do mercado interno, reduzindo as importações e o endividamento.
- 383 • É imprescindível combater o processo de privatizações apontado no “memorando da troika”. É
384 fundamental reforçar o papel do Estado nos setores e empresas estratégicas.
- 385 • É necessário fazer pagar mais a quem mais riqueza tem, combatendo a fraude, a evasão e os paraísos
386 fiscais, combatendo a economia clandestina.
- 387 • É fundamental garantir e implementar políticas de proteção aos mais desfavorecidos, investir nos
388 serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

3 – FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO E SERVIÇOS PÚBLICOS

3.1. Ataque às Funções Sociais do Estado

A CRP de 1976 consagrou um conjunto de direitos no âmbito da democracia política, económica, social e cultural conquistadas que tiveram a sua génese na Revolução de abril.

Só o Estado e as suas instituições podem promover a coesão da sociedade, a igualdade e a justiça social, porque pode controlar uma questão fundamental que são os mecanismos de redistribuição dos rendimentos e pode gerar recursos necessários à modernização da economia e apoiar e dinamizar o desenvolvimento.

O capital vê na Segurança Social, na Saúde e na Educação, uma grande área de negócios e não olha a meios para atingir esses objetivos, começando pela campanha contra o Estado, acusando-o de mau gestor e mau prestador de serviços, fazendo o elogio do setor privado e da pretensa liberdade de escolha dos cidadãos, retirando recursos do público para os dar ao Privado.

Assim, todas as medidas previstas no “Memorando/troika” se direcionam para o estrangulamento financeiro e destruição da Administração Pública, impondo: A redução e eliminação de serviços na Administração Central; a redução das despesas da educação; a redução das transferências para a Administração Local e Regional; a redução do investimento público; a Redução, das despesas de funcionamento da Administração Central; a redução das despesas com o SNS.

Na defesa e reforço do Estado Social, a USL defende como prioridades:

- Desenvolver uma forte ofensiva para desmascarar e dar combate ao ataque neoliberal contra o Estado e os seus Serviços Públicos;
- Continuar o combate pela defesa de uma efetiva melhoria dos Serviços Públicos com qualidade;
- Mobilizar os trabalhadores e população para a defesa dos Serviços Públicos, contra a sua privatização
- Em conjunto com os sindicatos da Administração Pública, esclarecer os trabalhadores e populações sobre as consequências da drástica redução de profissionais nestas áreas.

3.2 Administração Pública

A Administração Pública, os serviços públicos, os seus trabalhadores e as populações têm sido confrontados com um avassalador ataque desenvolvido por sucessivos Governos do PS, PSD e CDS.

O ataque às condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública tem sido um alvo essencial dos sucessivos Governos PS/PSD/CDS que pretendem reduzir e nalguns casos destruir mesmos os serviços públicos para criar áreas de negócio para os privados.

De forma muito acentuada e brutal, o governo desenvolve um ataque sem precedentes aos trabalhadores da Administração pública, com o roubo dos salários e pensões, aumento de impostos, precarização dos vínculos, despedimentos e retirada de outros direitos conquistados pela luta, designadamente na saúde, nas carreiras profissionais, na aposentação.

Nos últimos anos o poder de compra destes trabalhadores diminuiu. De acordo com as contas do economista Eugénio Rosa, entre 2000 e 2011 os trabalhadores com menos de 1500€ perderam 8% do seu poder de compra e os com mais de 1500€ perderam 15,5%.

Na ótica dessa política as funções sociais do Estado e direitos fundamentais como o direito à Saúde, à Educação, à Segurança Social, ao Emprego, entre outros, como decorre do acordo que aqueles três partidos subscreveram e se comprometeram com a “troika” estrangeira, são sacrificados aos valores e interesses financeiros.

43 A função social do Estado é reduzida a um conteúdo assistencialista e caritativo. De tal opção política
44 decorre o esvaziamento qualitativo e quantitativo dos direitos sociais quer para a generalidade dos
45 cidadãos quer para os trabalhadores da Administração Pública.

46 Mais do que um ataque aos Serviços Públicos, aos seus trabalhadores ou aos direitos dos
47 utentes/cidadãos, do que se trata é de um ataque ao Estado Social, ou seja uma subversão despudorada
48 do modelo de Democracia constitucionalmente consagrado.

49 Não estamos perante uma redefinição do papel dos serviços públicos ou da própria Administração
50 Pública, estamos sim perante a tentativa de imposição da redefinição do próprio papel do Estado,
51 visando limitar a sua intervenção ao mínimo possível, abdicando-se do seu controlo em favor de
52 interesses privados que visam não o interesse público mas em primeiro lugar o lucro que essa atividade
53 lhes vai proporcionar, obviamente à custa do agravamento das desigualdades sociais e do aniquilamento
54 dos direitos de utentes e trabalhadores.

55 É neste contexto político que se insere o ataque desenfreado aos serviços públicos, às funções sociais do
56 Estado e aos trabalhadores da Administração Pública: retirar o que é de todos, colocando o bem comum
57 ao dispor de uma casta diminuta que tudo tem e tudo julga poder.

- 58 • Urge esclarecer, mobilizar e lutar, trabalhadores e populações, para defender o bem coletivo que
59 são os serviços públicos, como constitucionalmente consagrados, defendendo os direitos das
60 populações, respeitando e dignificando os trabalhadores da Administração Pública.
- 61 • Ao fazê-lo, estamos também a defender uma sociedade em que os trabalhadores e população em
62 geral, tem direitos efetivos e não vivem da caridade que o governo lhes pretende impor.
- 63 • Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, é defender a democracia e os
64 direitos constitucionalmente consagrados.

65 **3.3 O Poder Local**

66 A democratização e a descentralização da Administração Local de serviços públicos essenciais são
67 indispensáveis ao desenvolvimento equilibrado do território nacional e à qualidade de vida das
68 populações.

69 O Poder Local Democrático desempenha um papel central, assegurando serviços vitais como o
70 abastecimento de água, o saneamento básico, a salubridade, entre outros.

71 Ao longo de mais de 30 anos, a proximidade das populações, o carácter democrático das suas decisões e o
72 esforço e participação dos seus trabalhadores, permitiu contrariar e vencer atrasos estruturais e
73 desigualdades flagrantes no acesso aos bens essenciais. A presença dos serviços, perto dos utentes, sem
74 discriminações sociais, económicas, territoriais ou outras, tornou-se na face visível e inequívoca da
75 solidariedade dos utentes entre si e numa manifestação da unidade do país.

76 Contudo, e sob o pretexto da redução da despesa pública, do controlo do défice e da pretensa
77 necessidade de emagrecer o aparelho de Estado, as políticas seguidas nas últimas décadas por sucessivos
78 governos e que o atual se prepara para agravar brutalmente, tiveram por objetivo reduzir a
79 Administração Pública àquilo que é essencial ao funcionamento do Estado neoliberal, isto é, à
80 reprodução do capital, realidade tão visível entre nós pela possibilidade e facilidade com que os grupos
81 económicos com mais poder e influência se têm apropriado de grande parte dos recursos e serviços
82 públicos.

83 No plano autárquico, tais políticas, conjugadas com o crescente desequilíbrio entre as competências e os
84 recursos financeiros (agravado pelo incumprimento sistemático da lei de finanças locais), a assumpção de
85 princípios e práticas das empresas privadas e as pressões da União Europeia, implicaram a abertura ao
86 capital privado de tarefas historicamente desempenhadas pelos municípios, como o abastecimento de
87 água e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e a sua tendencial privatização.

88 A USL, para este novo mandato, em conjunto com os sindicatos, vai continuar a:

- 89 • Lutar pela defesa do poder local democrático ao serviço das populações;

- 90 • Denunciar a empresarialização e privatização de serviços públicos municipais;
- 91 • Defender as condições de trabalho, da estabilidade no emprego e a normal progressão das
- 92 carreiras profissionais dos trabalhadores da Administração local;

93 **3.4. Segurança Social**

94 O Sistema Público de Segurança social, é uma importante conquista de abril que tem sido objeto de uma

95 das maiores ofensivas por parte do PS e agora do PSD/CDS que, em conluio com os grandes grupos

96 económicos e financeiros, tentam a privatização do regime contributivo.

97 Esta medida não contribui para resolver o problema da economia Portuguesa; vai levar a um aumento de

98 impostos, penalizando ainda mais as pessoas de menores rendimentos; contribui para o

99 enfraquecimento do regime contributivo da segurança social.

100 No Programa do Governo PSD/CDS são bem visíveis as suas opções de classe, ao favorecer as grandes

101 empresas (em particular os grandes grupos económicos e financeiros), ao propor a introdução do

102 plafonamento e conseqüente privatização de uma parte das contribuições dos trabalhadores, reduzindo

103 assim as contribuições para o sistema público da segurança social, descapitalizando-o e destruindo o

104 princípio fundamental da solidariedade e universalidade do sistema, promovendo o seu caráter

105 assistencialista e caritativo.

106 **Proteção social no desemprego:**

107 Numa altura em que cada vez mais famílias são atingidas pelo desemprego, é escandaloso o ataque

108 desenvolvido aos direitos dos desempregados e se diminua a sua proteção social. Em Lisboa, são já 60%

109 os desempregados que não têm direito a qualquer subsídio de desemprego.

110 Com o novo programa do Governo PSD/CDS estão previstas alterações que vão no sentido de reduzir o

111 período de atribuição da prestação de desemprego e diminuir o valor da mesma em função do tempo de

112 atribuição que tem como objetivo obrigar os trabalhadores desempregados a aceitar qualquer emprego,

113 independentemente das condições de trabalho oferecidas.

114 **As pensões de Reforma**

115 A política de atualização das pensões, é de uma grande importância, já que depende dela o nível de vida

116 dos reformados.

117 Na região de Lisboa, por cada 1000 habitantes, 319 são pensionistas da segurança social – o que significa

118 um peso bastante importante desta camada social no total da população da região.¹⁰

119 A grande fatia das reformas em Portugal são relativas a pensões de velhice, pertencendo deste modo ao

120 sistema contributivo, que é um sistema ligado diretamente ao trabalho e às contribuições, assente no

121 princípio da solidariedade profissional e intergeracional.

122 Sob o falso pretexto de garantir a sustentabilidade da segurança social, os sucessivos Governos têm

123 instituído regras de fragilização e penalização dos direitos dos trabalhadores.

124 A introdução do fator sustentabilidade no cálculo das pensões tem contribuído para a diminuição das

125 pensões e por ser um elemento acumulativo, estima-se que daqui a 10 anos as pensões vão sofrer uma

126 redução progressiva entre os 10 e os 14%.

127 As pensões ou as contribuições devem estar ligadas aos salários, às carreiras, é uma questão estratégica.

128 Alargar a base de incidência aos prémios é fundamental para a valorização das pensões. Atualmente os

129 prémios não têm descontos para a segurança social.

130 **Desigualdades, pobreza, inclusão social**

131 Portugal é um dos países da U.E. com maiores desigualdades sociais.

¹⁰ INE, Estatísticas da Segurança Social, 2010

132 As novas regras para atribuição de prestações e apoios sociais, com destaque para o método de
133 capitação e um novo conceito de agregado familiar, contribuíram para que fossem retiradas a muitas
134 pessoas as prestações de natureza não contributiva como o abono de família, e o rendimento social de
135 inserção.

136 No entanto preveem-se ainda maiores restrições na avaliação para as condições de recurso para o acesso
137 a estas prestações sociais, a serem aplicadas novas restrições correm-se sérios riscos de se criarem ruturas
138 sociais, o que demonstra uma total insensibilidade social.

139 No âmbito da defesa da segurança social pública e universal propomos dinamizar junto dos
140 trabalhadores uma campanha de esclarecimento sobre a importância da segurança social pública e
141 universal. Nesse sentido importa dinamizar ações que visem:

- 142 • O alargamento da cobertura das prestações sociais nomeadamente, o subsidio de desemprego e
143 social de desemprego;
- 144 • A revogação do fator de sustentabilidade no calculo das pensões; e o aumento real das pensões.
- 145 • A luta contra a introdução do plafonamento

146 **3.5 Saúde**

147 **A defesa do Serviço Nacional de Saúde**

148 O Serviço Nacional de Saúde foi criado há 32 anos, como resultado e contribuição da Revolução de abril.

149 **O SNS constitui uma conquista fundamental, porém**, os ataques têm sido gradualmente crescentes.

150 Hoje, o Estado gasta com a saúde 60% do seu Orçamento com o setor privado, que por sua vez já detém
151 50% dos serviços de saúde. Para além da concessão cedida ao privado, as instituições puramente
152 privadas têm aumentado na região de Lisboa.

153 Para agravar a situação já existente, o memorando da Troika internacional, em matéria de saúde aponta
154 para uma diminuição global de custos na saúde de 500 milhões de euros em 2012 e 375 milhões de euros
155 em 2013 e prevê: deduções fiscais relativas a encargos com saúde, a redução do custo com subsistemas
156 de saúde; o aumento dos encargos com medicamentos para as famílias; o aumento do número das USF;
157 promover a fusão e o encerramento de serviços no SNS; promover a mobilidade dos trabalhadores do
158 SNS e flexibilizar horários; reduzir custos com transportes de doentes.

159 No distrito de Lisboa, cada família gasta em média cerca de 1066 euros¹¹ por ano em despesas de saúde.

160 **Cuidados de Saúde Primários**

161 Os cuidados de saúde primários são fundamentais. Apostando verdadeiramente nestes cuidados
162 conseguem-se melhores resultados, mais eficiência, custos mais reduzidos e maior satisfação quer dos
163 prestadores de saúde quer dos utentes.

164 Ao nível dos cuidados de saúde primários, houve a criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde que
165 para além de criarem profundas desigualdades no acesso e nas relações com os profissionais, colocaram
166 em evidência a já gravíssima falta de recursos materiais, mas essencialmente humanos. Há ainda a
167 possibilidade de privatização, através das USF, modelo C.

168 **Hospitais e Sua Gestão**

169 Os hospitais do Setor Público Administrativo são já residuais no país e, em particular, no distrito de
170 Lisboa. A transformação de hospitais em SA (mais tarde em EPE pelo anterior Governo PS) foi um passo
171 na tentativa de privatização, pois passa a ser legalizada a comercialização da saúde nestes hospitais.

172 Das 39 EPE existentes no país, apenas 13 apresentam resultados positivos, sendo que em Lisboa existem
173 duas das mais graves situações nos Centros Hospitalares Central e Ocidental com uma dívida de cerca de
174 65 milhões de euros.

¹¹ INE, Inquérito aos orçamentos familiares 2006

175 Entretanto, os grandes grupos económicos que apostam na área da saúde (HPP, Mello Saúde, Grupo
176 Espírito Santo) implementaram os seus próprios hospitais onde praticam a parte mais lucrativa da saúde.

177 Por outro lado, a gestão de hospitais PPP, que reconhecidamente provoca um grande prejuízo para o
178 Estado e uma grande fonte de rendimento para a banca, continuam na linha do atual Governo.

179 **Cuidados Continuados**

180 Os cuidados continuados são da maior importância para a população. A aposta neste tipo de cuidados,
181 várias vezes propagandeados pelo anterior Governo PS, através da contratualização de uma rede de
182 cuidados continuados foi concedida exclusivamente aos setores social e privado. Como em outras áreas,
183 também aqui o Estado fica totalmente dependente do setor privado.

184 **Saúde Mental**

185 Estima-se que uma em cada quatro pessoas sofre em algum momento das suas vidas um episódio de
186 problema de saúde mental, a nível mundial. Em caso de não tratamento os distúrbios mentais provocam
187 um enorme sofrimento e incapacidade, podendo mesmo originar graves consequências na economia. No
188 entanto, os serviços de psiquiatria e saúde mental sempre foram subvalorizados, com menos recursos
189 disponibilizados.

190 A Reforma na Saúde Mental tem sido feita à base da destruição de serviços, como é exemplo o fecho do
191 Hospital Miguel Bombarda.

192 **Política do Medicamento**

193 A despesa com medicamentos por parte do Estado constitui a importante fatia de um quinto do
194 Orçamento disponibilizado para a saúde. Daí que as políticas desenvolvidas nesta área sejam
195 importantíssimas.

196 As principais razões para o aumento da despesa com os medicamentos têm a ver com a muito fraca
197 prescrição de genéricos e com a ausência de um Laboratório Nacional e Público de produção de
198 medicamentos, que pudesse satisfazer o essencial das necessidades dos serviços públicos de saúde.

199 Os últimos Governos têm seguido uma linha que procura beneficiar a indústria farmacêutica, em
200 detrimento dos interesses dos cidadãos. O anterior Governo PS aprofundou este benefício ao permitir o
201 aumento da margem de lucro dos proprietários das farmácias e dos armazenistas, ao permitir o aumento
202 do preço dos medicamentos acima da inflação e destruindo o mecanismo de regulamentação da
203 despesa e da utilização dos medicamentos hospitalares.

204 Para além da despesa brutal do Estado com medicamentos, assistimos à crescente transferência para as
205 famílias de encargos com os medicamentos.

206 **Recursos Humanos e Conclusões**

207 Os processos de privatização, a linha seguida na Administração Pública, e particularmente no SNS tem
208 provocado a desmotivação dos profissionais, através da legislação laboral, da desvalorização das carreiras
209 profissionais e da desvalorização profissional e salarial, o que leva a que muitos deles se transfiram para o
210 setor privado. Além disso, a precariedade e a emigração de profissionais de saúde, sobretudo jovens, é
211 uma realidade crescente.

212 Os profissionais de saúde devem participar ativamente na defesa do SNS, junto com as populações. No
213 distrito de Lisboa estão constituídas diversas comissões de utentes que envolvem as populações de
214 diversas freguesias: Vialonga, Sintra, Alcântara, Olivais, Belém, Alvalade/Lumiar.

215 Por um Serviço Nacional de Saúde Universal e Gratuito, a USL propõe e exige:

- 216 • A separação efetiva entre o setor público e o setor privado e a promoção das sustentabilidade,
217 reorganização e financiamento adequados, acabando com desperdícios desnecessários;
- 218 • Uma aposta séria nos cuidados de saúde primários, com investimento em recursos adequados,
219 sobretudo humanos, pois estes devem constituir o pilar do SNS e proporcionar o acesso universal
220 a cuidados de saúde de proximidade, o que exige

- 221 • A reintegração das EPE no Setor Público Administrativo;
- 222 • O fim do pagamento de taxas moderadoras;
- 223 • O aumento do número de trabalhadores, bem como a estabilidade de emprego e a valorização
224 das Carreiras dos profissionais de saúde, fundamentais à qualidade dos cuidados prestados;
- 225 • Criar um Laboratório Nacional e Público de produção de medicamentos e implementar a
226 produção nacional de medicamentos.
- 227 • O Estado deve apoiar a investigação clínica e epidemiológica necessárias à produção nacional de
228 medicamentos, de preferência de caráter público. Só assim deixamos de estar dependentes de
229 toda a cadeia da indústria farmacêutica que dá lucros fabulosos.
- 230 • É necessário que se estude as populações nas diferentes regiões, identificando os problemas de
231 saúde mais frequentes, para assim criar uma rede de cuidados de saúde mais adequada,
232 envolvendo os hospitais de referência e interligando com os cuidados de saúde primários,
233 promovendo sempre a intervenção da comunidade.

234 **3.6. Educação**

235 A Escola pública é um direito de todos e todas e um elemento necessário e imprescindível para o
236 desenvolvimento político, económico, social e cultural do País. É um pilar da democracia e da soberania
237 do país. É um dos instrumentos fundamentais de combate às desigualdades sociais. Só um ensino
238 público pode garantir em igualdade de oportunidades o sucesso educativo e a formação integral dos
239 indivíduos, sendo também um espaço de aprendizagem e de formação cívica, fator decisivo para a
240 inclusão social.

241 Nos últimos anos a política desenvolvida pelos sucessivos Governos do PS, PSD/CDS na área da Educação
242 caracteriza-se por um fortíssimo ataque à escola pública, através da implementação de um conjunto de
243 medidas, das quais destacamos pelo seu impacto no distrito de Lisboa:

244 A transferência dos custos da educação para as famílias: o acesso às Creches e jardins de infância não está
245 ao alcance de todas as famílias, pelos preços praticados pelas diversas instituições que prestam este
246 serviço; a redução do financiamento do ensino superior está bem patente nas percentagens avançadas
247 pela OCDE: em 2007 30% das despesas do Ensino Superior eram suportadas pelas famílias e por outras
248 entidades privadas contra 8,7% em 2002.

249 A insuficiência de oferta da rede pública, tanto ao nível de creches e jardins de infância; como nos níveis
250 de ensino mais elevados (sobressaindo a sobrelotação das turmas e do número de alunos em muitas
251 escolas dos concelhos mais periféricos do distrito).

252 A Educação pré-escolar pública ainda não é uma realidade, sendo gritante a ausência de respostas sociais
253 à primeira infância. Apesar da propaganda, a taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira
254 infância cobriam em 2009, só 32,6% desta população alvo de acordo com a informação na carta social 12.

255 Prossegue o encerramento de Escolas do 1º ciclo, tendo este ano letivo encerrado mais seis escolas no
256 distrito (a somar às 40 encerradas nos últimos 3 anos), a maioria das quais no concelho de Alenquer,
257 contribuindo para reforçar a assimetria entre concelhos fora e dentro da Grande de Lisboa.

258 Tal como no resto país, regista-se em Lisboa um nítido recuo no apoio a crianças com necessidades
259 educativas especiais

260 Também a reestruturação do ensino artístico especializado, levou à diminuição da oferta desta área
261 educativa com o encerramento de aulas em muitas Escolas;

262 A criação bastante irracional de mega agrupamentos tem posto em causa a qualidade e a segurança na
263 escola pública;

¹² GEP, Carta Social - dados provisórios de 2009.

264 A indefinição e deficiente estruturação das chamadas AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular),
265 tem-se revelado uma solução de qualidade duvidosa quer para os alunos quer para as famílias. Proliferam
266 as empresas e associações de natureza diversa a gerir este tipo de atividades, que têm acentuado a
267 extrema precariedade laboral dos trabalhadores nelas envolvidos.

268 O insucesso e o abandono escolares continuam a ser uma realidade preocupante. Em Portugal, a
269 Percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos que atingiu, no máximo, o 1º ciclo do ensino secundário e
270 que não continua a estudar (28,7%, em 2010) é o dobro da percentagem verificada no total da UE27
271 (14,1%)¹³.

272 Ao mesmo tempo, assiste-se a uma contínua manipulação dos números para aumentar artificialmente os
273 níveis de escolaridade. Neste sentido, destaca-se o programa novas oportunidades como um programa
274 que aposta nas certificações sem garantir que tal significa mais qualificação ou mais conhecimento.

275 Mantém-se o Subsídio indireto ao ensino particular e cooperativo (com destaque para o pré-escolar e as
276 atividades de enriquecimento curricular, com a entrega de serviços a entidades privadas). É de realçar
277 que só o ensino privado absorve 4,8% do total da despesa pública com educação.

278 A municipalização do ensino básico não tem sido mais que uma desresponsabilização do Estado para as
279 autarquias, sem a correspondente transferência de verbas do Orçamento de Estado. Esta situação pode
280 acarretar graves prejuízos para as escolas e para os municípios.

281 Intensificou-se o ataque aos direitos e às condições de trabalho do pessoal docente e não docente. Os
282 trabalhadores da Educação estão a ser afetados pelo aumento brutal da precariedade, congelamento de
283 salários, a desvalorização das carreiras e a exigência de uma enorme polivalência de funções.

284 O número de funcionários não docentes nas nossas escolas é absolutamente insuficiente, não sendo
285 solução aceitável a prática de colocar a exercer essas funções pessoas sem qualquer preparação, apenas
286 porque estão em contexto de apoio pela segurança social.

287 A precariedade e "exploração" dos docentes tende a acentuar-se tanto no ensino público como no
288 privado, havendo um "aproveitamento" de alguns colégios face à diminuição de financiamento das
289 escolas com contratos de associação" posto em prática pelo anterior governo.

290 A alteração da direção e gestão escolares para um modelo que não é democrático. Não estão
291 salvaguardados os princípios de colegialidade, elegibilidade e participação, agravados pela
292 municipalização. Uma Escola que não é democrática não pode educar para a democracia.

293 Garantir o ensino público democrático e de qualidade é uma obrigação do Estado, lutar pela sua
294 efetivação é um imperativo de todos.

295 Neste sentido, a USL continuará a exigir o cumprimento da Constituição e o desenvolvimento de
296 políticas que:

- 297 • Ponham fim à privatização do Ensino e ao encerramento de estabelecimento de educação e ensino
298 da rede pública; e contribuam para garantir a escola pública de qualidade em todos os níveis de
299 ensino;
- 300 • Garantam a responsabilização direta do ME quanto às políticas de Educação e gestão da escola
301 pública;
- 302 • Efetivem a universalização da educação pré-escolar, cabendo ao Estado garantir o acesso em
303 igualdade de oportunidades para todas as crianças;
- 304 • Criem as condições para que a reorganização da rede escolar seja integrada no âmbito de uma
305 política séria de gestão e de reordenamento do território nacional;
- 306 • Contribuam decisivamente para a fixação e crescimento das populações contra a desertificação do
307 interior;

¹³ Eurostat, Europe 2020 indicators

- 308 • Desenvolvam a organização de verdadeiras atividades de tempos livres por parte do ME de forma a
309 garantir a igualdade de acesso a todos os alunos e com horários mais adequados às necessidades das
310 famílias;
- 311 • Reforcem a colocação de um número adequado de trabalhadores docentes e não docentes e o fim
312 do recurso à precariedade de emprego para colocação de pessoal para desenvolvimento de tarefas
313 de carácter permanente, contratos a termo certo à hora e contratos de emprego e inserção.
- 314 • Combatam o insucesso e abandono escolar;
- 315 • Apontem para uma verdadeira inclusão de crianças com necessidades educativas especiais
316 nomeadamente com a colocação de profissionais em número necessário.
- 317 • Reforcem a ação social escolar orientada no sentido de uma resposta escolar que atinja todas as
318 crianças e jovens, traduzida em incentivos necessários aos alunos mais desfavorecidos, para que estes
319 possam atingir o sucesso escolar e educativo.

320 **3.7. Justiça no trabalho**

321 A justiça na área de trabalho sofre dos mesmos problemas que o sistema de justiça em geral. Os
322 primeiros prejudicados pelo deficiente funcionamento do sistema são os trabalhadores. A precarização
323 crescente dos vínculos laborais e a desregulamentação do mercado de trabalho refletem,
324 fundamentalmente, a incapacidade do sistema, e em especial, a falta de vontade política para fazer
325 aplicar as leis do trabalho.

326 A morosidade é, neste quadro, um “cancro” do Sistema: os Tribunais são lentos a concluir os processos,
327 com prejuízos enormes para os trabalhadores, portanto, quando um Tribunal demora anos a resolver os
328 processos quem é afetado são os trabalhadores. Não há justiça quando o Tribunal é demasiado lento.

329 No caso do Distrito de Lisboa a situação dos tribunais é mais grave que no país em geral, porque o
330 Governo anterior, na ânsia de reduzir custos e de atacar a magistratura (sabe-se lá porquê) extinguiu 5
331 juízos, num composto de 15, no Tribunal de Trabalho de Lisboa.

332 Como era previsível a situação passou a ser caótica, e a morosidade aumentou. O que se seguiu foi um
333 processo de ataque à magistratura, procurando imputar-lhes as responsabilidades pelo mau
334 funcionamento que o Governo causou com as suas medidas.

335 Por outro lado, a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, continua incapaz de cumprir a sua
336 missão, não respondendo às necessidades de fiscalização e sancionamento das violações das leis
337 laborais.

338 Assim, a União dos Sindicatos de Lisboa durante o próximo mandato pautará a sua ação pela defesa e
339 execução de medidas que se traduzam em:

- 340 • Reposição dos Juízes extintos no Tribunal de Trabalho de Lisboa, como forma de dotar esta
341 estrutura de Estado, dos meios necessários a combater a morosidade e aumentar a efetividade da
342 legislação do Trabalho, designadamente, pelo combate à precariedade e ao arbítrio patronal;
- 343 • Reforçar os meios e as condições de exercício da justiça nos tribunais onde eles são insuficientes;
- 344 • Aumentar a atividade e a eficácia do IGT (hoje ACT) mediante uma ação mais sancionatória e
345 menos “pedagógica”, no combate pela aplicação das leis laborais;
- 346 • Desbloquear a situação do Tribunal do Comercio de modo a conseguir o desenvolvimento e a
347 conclusão dos processos de insolvência. Nesta matéria, torna-se urgente reforçar os meios e as
348 condições de exercício deste Tribunal que se encontra praticamente paralisado;
- 349 • Adoção de medidas especiais urgentes e excepcionais, no Tribunal do Comércio que conduzem ao
350 desbloqueamento dos processos de insolvência pendentes

351 **3.8. Urbanismo e Habitação**

- 352 • Na cidade de Lisboa a degradação do parque habitacional, os elevados custos das rendas, o
353 encerramento de muitas empresas ou a sua transferência para a periferia, têm sido alguns dos
354 fatores que contribuíram para a desertificação da cidade.
- 355 • A saída de muitas famílias e em especial os mais jovens para os concelhos vizinhos de Lisboa,
356 também contribuem para o envelhecimento da população local.
- 357 • Nos últimos anos face à crise que se vive, o parque habitacional de nova construção não manteve
358 o mesmo crescimento que anteriormente, embora existam ainda muitos fogos novos sem
359 qualquer utilização. Apesar disso os sucessivos governos não deram qualquer apoio para que o
360 património degradado fosse recuperado e colocado no mercado de arrendamento a preços
361 acessíveis como forma de incentivar os jovens a arrendar casa na cidade de Lisboa.
362 Simultaneamente, tem-se assistido a um crescimento de fogos habitacionais devolutos na cidade
363 de Lisboa e na periferia, não satisfazendo as necessidades dos que procuram habitação média,
364 mas sim para a habitação considerada de luxo, apenas acessível às camadas sociais de fortes
365 rendimentos.
- 366 • Deste modo, o acesso à habitação, encontra-se cada vez mais distante e dificultado pelos
367 elevadíssimos preços e consequentes encargos bancários e recentemente pela recusa dos bancos
368 em ceder empréstimos às famílias que de algum modo consideram ter condições para suportar
369 os respetivos encargos. Acresce que o parque de arrendamento urbano ou está degradado ou é
370 inacessível pelos custos que representa para a maioria das famílias portuguesas. praticamente
371 não existe e as poucas habitações para alugar são extremamente caras e nessa medida
372 inacessíveis à maioria da população, em particular aos jovens que pretendem constituir família.
373 Se este problema social já era grave, pior com os recentes acordos entre as troikas nacionais e
374 internacionais.
- 375 • A especulação imobiliária e os interesses económicos e políticos que lhe estão subjacentes são
376 por demais evidentes e óbvios no Distrito de Lisboa. Basta verificarmos o destino dado às
377 grandes áreas ocupadas outrora por grandes empresas industriais levadas à falência ou
378 encerramentos fraudulentos levando ao desemprego milhares de trabalhadores. Ou seja, no
379 plano imobiliário, têm prevalecido sobre o interesse coletivo e social as práticas especulativas,
380 que têm por retaguarda, grandes grupos económicos e financeiros. A título de exemplo, tal
381 aconteceu e acontece, com as alterações de Planos Diretores realizadas ou pendentes, com vista
382 à construção de grandes urbanizações.
- 383 • Não é social nem politicamente correto que um bem básico e indispensável à generalidade da
384 população, como é o da habitação, constitua uma das maiores fatias dos encargos familiares.
- 385 • Segundo estatísticas recentes do Banco de Portugal a maior fatia do crédito concedido a
386 particulares é dirigido para a habitação.
- 387 • Neste sentido, consideramos que deve ser reposto o crédito bonificado, como forma de apoio
388 aos mais carenciados.
- 389 • Assim, Impõe-se a adoção das seguintes medidas:
- 390 • Elaboração de um Plano Nacional de Habitação, envolvendo na sua dimensão o Poder
391 Autárquico;
- 392 • Responsabilizar o Setor Público (Governo e autarquias) na promoção de habitação para vender e
393 arrendamento em condições acessíveis às famílias de menores recursos. É uma medida social e
394 constitucional que só ao Estado incumbe promover desde que afastada a especulação
395 imobiliária;
- 396 • Apoiar a reabilitação e reconstrução de habitação, através do Movimento Cooperativo, fixando e
397 garantindo o apoio técnico e financeiro a prestar;
- 398 • Contemplar incentivos no âmbito da iniciativa privada, privilegiando a produção de habitação de
399 custo controlado mediante celebração de Contratos Programa;

- 400 • Criar condições de financiamento ajustadas aos rendimentos para construção de casa própria;
- 401 • Adotar sistemas de controlo de custos e outras medidas que combatam a especulação
402 imobiliária, tendo desde logo como prioridade a adoção de uma política justa de solos para
403 habitação;
- 404 • Apoiar os municípios com meios financeiros, que lhe permita a nível local resolver problemas
405 prementes de famílias desprotegidas e sem quaisquer meios que lhe permitam ter uma
406 habitação condigna;
- 407 • Proceder à recuperação de imóveis degradados penalizando os proprietários que de forma
408 intencional deixam degradar os edifícios para fins lucrativos;
- 409 • Repor de imediato o Crédito Bonificado;
- 410 • Criar um Código de Arrendamento Urbano que se enquadre e respeite o direito
411 constitucionalmente consagrado à habitação.
- 412 • Combater qualquer tentativa de liberalização dos valores relativos ao aumento das rendas.

413 **3.9. Serviços Públicos Municipais**

414 ~~A empresarialização/privatização dos serviços de água~~

415 Em Portugal foram removidas as barreiras constitucionais e legais à espoliação do bem comum que é a
416 água e dos direitos das pessoas à sua fruição, em benefício de grandes interesses económicos privados.

417 A privatização de facto verifica-se simultaneamente em várias frentes, que vão da captação da água na
418 natureza, passando pelas margens e os leitos dos rios, pelos recursos pesqueiros marinhos, pelas
419 infraestruturas públicas como portos e barragens, até aos serviços públicos de abastecimento de água e
420 saneamento de águas residuais.

421 No distrito de Lisboa, a gestão pública da água e saneamento é claramente maioritária. Mas as pressões
422 para a concessão e privatização são ~~mais que~~ muitas e têm vindo a acentuar-se.

423 O setor da água constitui um monopólio natural e um domínio estratégico da maior importância. Grande
424 parte dos serviços de água e resíduos estão atualmente nas mãos das Águas de Portugal (AdP) - grupo
425 que é bom lembrar, inclui a EPAL, empresa que por si só abastece a cidade de Lisboa e um total de 2,5
426 milhões de pessoas.

427 A AdP é responsável pela prestação de serviços a mais de 8 milhões de cidadãos, empregando 5.847
428 trabalhadores, tendo gerado lucros em 2010 de 79,5 M€ e fechado o primeiro semestre de 2011 com
429 lucros de 48 M€. Estes valores despertam a cobiça do capital para a sua privatização»

430 No país, e mais particularmente no Distrito de Lisboa, a privatização da água está naturalmente associada
431 a aumentos brutais da fatura deste bem essencial e de primeira necessidade: Mafra tem hoje um dos
432 preços mais caros do país, tendo o seu preço sido recentemente aumentado em mais 17%, ao mesmo
433 tempo que a autarquia decidiu prorrogar o contrato com a empresa privada por mais 8 anos, prazo que
434 terminará em 2027! Em Alenquer, o sistema de água também é privado e tem elevados custos para a
435 população. Em Cascais, sob gestão AGS (Somague) e AQUAPOR as consequências não divergem,
436 verificando-se também o aumento de preços e tarifas.

437 O aumento dos preços da água, seja em tarifas, seja em taxas e sobretaxas, acarreta consequências
438 diretas em vários setores económicos como o agropecuário, as pescas, a indústria, a produção energética
439 e os transportes marítimos e fluviais. Efeitos muito agravados na produção e nos preços de bens
440 essenciais como os alimentos e a eletricidade afetando toda a população.

441 Hoje é evidente que o modelo Águas de Portugal deve ser profundamente alterado na sua conceção,
442 gestão e funcionamento, tal deve ser feito não no sentido do seu desmantelamento e entrega ao capital
443 especulativo mas sim permitindo que as autarquias recuperem as competências e o controlo dos serviços
444 e que a lógica social prevaleça sobre os interesses do lucro.

445 O direito à água, reconhecido pelas Nações Unidas como um direito humano fundamental, faz parte do
446 direito à vida. Todas as pessoas têm direito ao abastecimento de água e ao saneamento no seu local de
447 residência, trabalho e permanência habitual, com a proximidade, quantidade e qualidade adequadas à
448 sua segurança sanitária e ao seu conforto.

449 É neste contexto que a USL, no mandato que agora se inicia, irá:

- 450 • Continuar a defender a propriedade e gestão pública da água (bem como das suas
451 infraestruturas e serviços) , enquanto recurso estratégico, essencial à vida e fator sanitário
452 fundamental
- 453 • Fortalecer e intensificar a ação em defesa da água pública, contra o violento ataque ao direito
454 universal a este bem essencial;
- 455 • Continuar a participar e dinamizar a ação no âmbito da Campanha Nacional “A ÁGUA DE TODOS”,
456 da qual a USL faz parte enquanto organização promotora.

457 **A empresarialização/privatização dos serviços de resíduos sólidos urbanos**

458 Os serviços de saneamento e de resíduos sólidos urbanos são há muito um alvo cobiçado pelos grandes
459 grupos privados financeiros e económicos que os encaram como fonte privada de lucros, objetivo
460 acalentado por sucessivos governos e por alguns autarcas desejosos na maior parte dos casos de obter
461 receitas rapidamente para tapar gestões ruinosas. E se é certo que a privatização não avançou tanto
462 como desejariam os seus arautos, e muitas têm sido as lutas travadas pelo reconhecimento das nossas
463 razões e para a mobilização da população e da opinião pública, não devemos nunca esquecer que a
464 combinação da má gestão, o elevado endividamento, as fortes restrições à receita dos municípios, e as
465 chantagens sobre eles exercidas são fatores que aumentam a pressão para a privatização e que por isso
466 devem ser fortemente denunciados e combatidos.

467 No setor dos resíduos, os serviços de tratamento e valorização estão entregues à VALORSUL (a
468 RESIOESTE foi integrada na VALORSUL), continuando a existir um sistema intermunicipal a
469 AMTRES/TRATOLIXO. Nos serviços de recolha, existem duas empresas privadas a funcionar no Concelho
470 de Sintra Suma e Ecoambiente relevantes, casos da EMAC Cascais e da HPEM de Sintra. Nesta, existe um
471 Acordo de Empresa, o primeiro a nível nacional, que não está a ser cumprido pela Administração (tal
472 facto tem levado a desenvolver diversas formas de luta, com recurso à greve).

473 Nos outros municípios, a situação inclui serviços municipais, concessões, prestações de serviços. Este é
474 um setor fortemente marcado pela precariedade, os baixos salários, a insegurança e a retirada de direitos
475 e que tem merecido importantes importantes lutas neste setor, com destaque para Lisboa pela
476 integração trabalhadores com vínculo precário e para Loures contra a retirada do subsídio de deslocação.

477 As tentativas de privatização deste setor potencialmente lucrativo têm sido várias e têm dado azo a
478 experiências falhadas, onde a recolha de lixo feita por empresas privadas está longe de representar não
479 uma forma melhor e mais económica do que a operada pelos serviços municipais. Pelo contrário, o
480 serviços piora substancialmente!

481

482 Neste sentido, a USL continuará a desenvolver a sua ação no sentido de :

483

- 484 • Apoiar soluções que visem o bem-estar das populações, nomeadamente as condições de higiene
485 e de salubridade enquadradas numa gestão pública e sem cedências aos negócios ou à
486 privatização de competências que estão legalmente atribuídas ao Poder Local;
- 487 • Rejeitar soluções que aumentem desnecessariamente a despesa pública, assim como a visão de
488 que tudo quanto é público deverá deixar de o ser, com vista à angariação e criação de negócios à
489 volta de funções que cabem naturalmente aos meios públicos de gestão.

490 **Ambiente**

491 O distrito de Lisboa, e muito particularmente as suas zonas mais urbanas, confrontam-se com um
492 conjunto de problemas e desafios ambientais aos quais urge dar resposta para o bem da saúde e da
493 qualidade de vida dos que aqui vivem e trabalham e para próprio desempenho económico da região.

494 Deste conjunto de problemas e desafios, são de destacar: a qualidade do ar e a poluição atmosférica, as
495 emissões de gases com efeito de estufa, os níveis de ruído, a produção e tratamento de resíduos, os
496 esgotos e efluentes industriais e as suas consequências na poluição de rios e zonas costeiras, a proteção,
497 gestão e valorização dos espaços verdes existentes.

498 O artigo 66.º da nossa Constituição determina que «todos têm direito a um ambiente de vida humano,
499 sadio e ecologicamente equilibrado».

500 O direito a um ambiente são e adequado à satisfação das necessidades pessoais e sociais do indivíduo e
501 da comunidade tem sido, no entanto, atacado pela prática política dos sucessivos Governos, assente na
502 desresponsabilização do Estado e sempre pronta a secundarizar os interesses comuns ambientais para
503 privilegiar os gulosos interesses dos grandes grupos económicos.

504 Só com uma política firme, que vise o desenvolvimento do País em função das nossas necessidades, das
505 necessidades globais do País e do distrito de Lisboa, e com uma política de ordenamento do território
506 que adeque os usos do solo à melhoria da qualidade de vida das populações e não aos desejos e
507 caprichos dos grupos económicos é que será possível romper com a política de destruição do ambiente
508 que se tem verificado em Portugal, com um Estado cada vez mais ausente.

509 Neste sentido, a USL irá continuar a exigir uma política ambiental que promova:

- 510 • O reforço do papel do Estado para a harmonização entre o desenvolvimento económico e social
511 e a gestão sustentável de recursos e que, satisfazendo as necessidades atuais, não prejudique a
512 satisfação das necessidades de gerações futuras;
- 513 • a investigação e desenvolvimento, os processos económicos e sociais, bem como os meios de
514 produção, no sentido da minimização dos seus impactos no ambiente e nos recursos naturais;
- 515 • A plenitude da vida humana e a permanência dos habitats indispensáveis ao seu suporte, bem
516 como a garantia da qualidade de vida e o acesso aos recursos naturais vitais, nomeadamente o ar
517 e a água;
- 518 • A defesa, recuperação e valorização do património cultural e social, natural ou construído;
- 519 • A recuperação das áreas e recursos naturais degradados do distrito de Lisboa

520

521 **Proteção civil e associações humanitárias bombeiros voluntários**

522 O setor da Proteção Civil e dos Bombeiros em especial tem desde há muitos anos enfrentado um
523 conjunto de problemas específicos, relacionados com uma mentalidade, fomentada pelos sucessivos
524 Governos com o apoio da Liga dos Bombeiros Portugueses que, este é um setor composto por
525 voluntários.

526 Desde logo porque os corpos de bombeiros apelidados de profissionais, aqueles detidos diretamente por
527 municípios, sejam sapadores ou municipais, representam apenas uma pequena parte dos corpos de
528 bombeiros em Portugal. O grosso destes continua a ser compostos por corpos detidos por Associações
529 Humanitárias de Bombeiros, que mantém no nome (e apenas no nome) a expressão Voluntários.

530 Em Lisboa, o único corpo assumidamente profissional é o Regimento de Bombeiros Sapadores de Lisboa,
531 sendo todos os outros corpos de bombeiros detidos por AHBV, com centenas de profissionais no Distrito.

532 A evolução das necessidades da sociedade obrigou ao longo dos anos à contratação de pessoal para
533 exercer as funções de bombeiro, sendo que hoje não se conhece um único corpo de bombeiros no País
534 que não tenha um quadro de profissionais que asseguram o serviço diário.

535 Assim, a USL exige:

- 536 • O fim das dificuldades causadas à atividade sindical nesta área de atividade;

- 537 • A regulamentação do regime jurídico dos Bombeiros e dos corpos de Bombeiros
- 538 • Disponibilidade por parte da liga dos Bombeiros para a elaboração de uma Portaria de Condições
- 539 de Trabalho.

4 - O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O Setor Empresarial do Estado é constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas.

O SEE é responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais e pela prestação de serviços públicos essenciais, para além de um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos setores e domínios.

Para além das participações diretas, o Estado detém um conjunto assinalável de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos económicos ou holdings como a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, AdP – Águas de Portugal, SA. e na Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Na sequência de vários anos de um processo de privatizações que entregou importantes empresas do setor público a detetores privados, o acordo assinado por PS, PSD e CDS, continuado no Programa de Governo, avança com um extenso programa de privatizações, atingindo um conjunto alargado de setores e áreas de atividade.

Trata-se de transferir para grupos económicos nacionais e estrangeiros, empresas essenciais e estratégicas para o nosso país.

A privatização destas empresas resultaria num enorme prejuízo para o país em vários aspetos: prejuízo decorrente da alienação de alavancas essenciais para a nossa economia e o desenvolvimento, como já se verifica hoje em setores como a energia ou as telecomunicações. Prejuízo resultante do inevitável acentuar da degradação da qualidade de serviços públicos e do acesso das populações a eles. Prejuízos no plano financeiro pela perda de receitas provenientes de dividendos de muitas dessas empresas e pela diminuição drástica das receitas fiscais delas provenientes que sempre acontece após as privatizações.

O Governo, ao abdicar dos poderes que tinha, através das golden share's, para se opor a determinados negócios nas empresas participadas pelo Estado, como aconteceu anteriormente com a PT, revela uma opção clara de não intervir nos processos (nomeadamente de venda), mesmo que estes sejam lesivos dos interesses do país.

Sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE) a USL propõe e exige:

- Não às privatizações das empresas do SEE;
- Mobilizar os trabalhadores e população para a defesa do SEE;
- A nacionalização dos setores estratégicos do país;
- Promover campanhas contra as privatizações, divulgando os malefícios que daí resultam

4.1 Energia elétrica

A dinamização do setor da energia elétrica, essencial para o desenvolvimento do país, está diretamente ligada à concretização do plano de construção de novos centros electroprodutores, hidroelétricas, continuação do investimento nas áreas de produção eólica, solar e outras formas de produção de energias renováveis, investimento e modernização das redes de transportes e de distribuição da energia elétrica.

Um segundo patamar na senda do desenvolvimento sustentado do país, no que diz respeito ao setor da energia elétrica, consiste na eficiência do fornecimento e no consumo deste bem essencial.

Para tal, é indispensável assegurar a garantia de segurança do abastecimento da energia elétrica, condição fundamental para fomentar o desenvolvimento e o bem-estar das populações, bem como realizar de forma constante os investimentos operacionais nas redes, subestações e postos de transformação. E, em paralelo, melhorar o ambiente ao privilegiar a produção de energias renováveis. Estes investimentos não podem ser postos em causa, seja a que pretexto for.

A garantia destes objetivos é incompatível com a política energética levado a cabo pelos sucessivos Governos do PS e do PSD/CDS. Ela tem assentado na privatização deste importante setor, numa lógica de financeirização das principais empresas, como a EDP e a REN. A entrega destas empresas ao capital

46 privado leva, inevitavelmente, à sede dos lucros fáceis, à majoração dos dividendos para os acionistas,
47 conduzindo aos cortes nos investimentos e à diminuição da segurança do fornecimento da energia
48 elétrica ao país. E, também, ao atirar para o desemprego os trabalhadores mais experientes no domínio
49 da produção, transporte e distribuição da eletricidade, bem como de todos os serviços inerentes ao
50 cumprimento das obrigações da prestação de um serviço de qualidade, essencial ao desenvolvimento de
51 Portugal.

52 Tal política vai conduzir a uma restrição do investimento em áreas fundamentais para garantirem uma
53 certa independência energética do país. Pois vai entregar aos capitalistas estrangeiros parte ou a
54 totalidade de empresas que são chaves do desenvolvimento do país. Isto, em benefício da especulação
55 financeira e da corrupção. E fomentando o agravamento dos preços da eletricidade, prejudicando e as
56 micro, pequenas e médias empresas, de todos os setores de atividade, e os muitos milhões de
57 consumidores domésticos, em detrimento do progresso do país.

58 Para inverter esta política e defender os interesses e a independência nacional, a USL defende que é
59 necessário:

- 60 • Parar os processos de privatização e valorizar a participação do Estado nas empresas de produção
61 transporte e distribuição de energia elétrica;
- 62 • Que os elevados lucros anuais gerados por estas empresas sejam, em grande parte,
63 adequadamente reinvestidos, para garantir a manutenção e melhoria da qualidade do serviço
64 prestado e para que possa ser assegurada a justiça das tarifas a praticar;
- 65 • Combater qualquer tentativa de fazer repercutir nas tarifas eventuais custos gerados com
66 reduções de pessoal e benesses a privados, quer nas formas tradicionais de produção quer nas
67 energias alternativas;
- 68 • Continuar a exigir a permanente intervenção do Estado na produção, transporte e distribuição de
69 energia elétrica, apesar da atual fúria privatizadora. Isto, para assegurar a prestação de um serviço
70 público de qualidade e seguro aos consumidores, o desenvolvimento sustentado das regiões e
71 possíveis formas de apoio às indústrias nacionais.

72 **4.2 Gás Natural**

73 O crescente consumo de Gás natural consolida a importância deste bem essencial para as empresas e
74 para as famílias.

75 Neste momento a sua comercialização é feita exclusivamente em regime de quase monopólio natural
76 para as distribuidoras existentes que, nem a decidida liberalização a partir de 2010 veio alterar que, nem
77 terá qualquer reflexo num futuro próximo no que diz respeito à sua expansão por todo o território
78 nacional e ao seu valor de comercialização.

79 Este bem essencial para a economia do país e pelo papel estratégico que revela, deve ter por parte do
80 Estado a garantia do seu controle e regulação por forma a assegurar o seu fornecimento com parâmetros
81 de qualidade, segurança e preço.

82 A utilização do gás natural por parte dos consumidores, sejam eles domésticos ou industriais, não pode
83 ser vista como mais uma oportunidade para gerar grandes lucros para as empresas e para os seus
84 acionistas, sem que a importância do social, do desenvolvimento económico e até do ambiental esteja
85 presente.

86 Com as alterações que se pretende efetuar neste setor, a subida para a taxa máxima do IVA, a ausência do
87 controlo de preços pela entidade reguladora ao eliminar nesta fase a tarifa regulada para os grandes
88 consumidores (industriais e energéticos), o fim da participação do Estado como acionista determinante
89 nas grandes empresas deste mercado, teremos um quadro que põe em causa tudo o que o Estado deve
90 assegurar na defesa deste bem essencial e não de luxo.

91 Neste sentido, a USL/CGTP-IN continuará a defender:

- 92 • que este setor estratégico tenha, por parte do Estado, um papel que garanta a prestação de um
93 serviço público de qualidade em condições que contribuam para um desenvolvimento
94 sustentado do país.

95 **4.3 Acessibilidades e Transportes**

96 O Setor de transportes públicos de passageiros assume um caráter estratégico, no Distrito de Lisboa,
97 tendo em conta o seu papel de prestador de serviços públicos essenciais para as populações.

98 A região de Lisboa é palco de movimentos pendulares diários, na sua grande maioria deslocações
99 laborais, com destinos e origens cada vez mais pulverizados, que continuam a ter como centro
100 privilegiado a cidade de Lisboa.

101 Muitos dos movimentos são feitos em meios motorizados e em transporte individual, com graves efeitos
102 ambientais e na mobilidade geral.

103 Simultaneamente, as deficiências no modelo de transporte têm consequências diretas na qualidade de
104 vida dos trabalhadores, na medida em que a jornada de trabalho é prolongada se tivermos em conta o
105 tempo que se despende para chegar e voltar do local de trabalho.

106 A complexidade da mobilidade urbana na região de Lisboa exige uma intervenção global, que procure
107 responder à falta de articulação existente entre os diferentes meios e vias de transporte e que procure
108 melhorar e aprofundar a prestação do serviço público.

109 A política neo-liberal de direita, prosseguida por sucessivos governos, sujeitando os interesses gerais aos
110 interesses particulares dos grandes interesses económicos, tem, no entanto, posto em causa a prestação
111 destes serviços públicos, que se revelam essenciais.

112 Esta ofensiva contra o setor público tem sido sustentada por uma grande campanha de intoxicação da
113 opinião pública, sobre os custos das empresas, escondendo os importantes serviços sociais prestados,
114 procurando-se fazer passar a imagem de um setor sorvedouro dos bens públicos, sem se dizer que são
115 essenciais para a mobilidade das populações.

116 Por outro lado, fruto de uma gestão financeira ruinosa e do não pagamento dos custos reais de
117 funcionamento, os resultados negativos das empresas, de uma forma geral, custam hoje mais ao erário
118 público.

119 Não obstante a continuada ofensiva contra o setor, muitas empresas que servem a região de Lisboa
120 continuam a ser de caráter público e englobam grandes operadores de transporte de passageiros na
121 Região, designadamente a CP, a Carris, o Metropolitano de Lisboa, a Transtejo e a Soflusa.

122 As dificuldades criadas ao setor têm contribuído para uma relativa degradação do serviço prestado e para
123 o aumento dos custos diretos pagos pelos cidadãos, contribuindo, se não mesmo promovendo, para a
124 utilização do transporte particular em detrimento do transporte público, com todas as consequências
125 negativas que daqui resultam.

126 **Transportes Ferroviários**

127 Os utentes estão a ser confrontados com o aumento do custo dos transportes em valores muito
128 superiores à inflação, com a diminuição das circulações em todo o País. E com a redução da componente
129 social do transporte ferroviário;

130 Quanto aos trabalhadores, estes viram ser extintos cerca de 13.500 postos de trabalho; a diminuição dos
131 seus salários reais e o congelamento da revisão salarial; o congelamento da progressão da carreira; um
132 ataque aos seus direitos. Em contrapartida, aumentaram os cargos de gestão e direção.

133 Com o programa da “troika” (FMI, EU, BCE) e do Governo PSD/CDS para Portugal, o setor ferroviário
134 continua na mira dos grandes grupos económicos na parte em que é mais rentável. A privatização da
135 exploração das linhas suburbanas, do setor oficial (EMEF), o transporte ferroviário de mercadorias (CP-
136 Carga).

137 Entretanto, foi anunciado o fecho de vários km da linha do Oeste, bem como várias centenas no âmbito
138 nacional que merecem desde já o nosso total repúdio pelos impactos que vão ter em termos
139 económicos, sociais e laborais.

140 As medidas que estão a ser aplicadas podem ser traduzidas na seguinte síntese: os utentes pagam cada
141 vez mais por menos Transportes; Os Ferroviários recebem cada vez menos salário por mais Trabalho; O
142 País fica cada vez mais pobre enquanto a banca e o restante capital vão engordando.

143 Com o programa da Troika e do Governo PSD/CDS o setor ferroviário vai estar sob fogo cerrado com vista
144 a colocá-lo ao serviço dos interesses privados destruindo a sua componente pública e o serviço social que
145 presta, privatizando todo o setor com decisões já num curto prazo e com um forte ataque aos
146 trabalhadores congelando e reduzindo os salários, procurando desregular os tempos de trabalho e
147 as relações laborais, atacar o trabalho com direitos e implementando uma brutal redução dos postos de
148 trabalho.

149 Hoje temos a EMEF, empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, em condições difíceis, porque
150 a CP (única detentora do capital social e principal cliente), faz uma gestão sem ter em conta aquela
151 empresa. Devido ao encerramento da oficina da Figueira da Foz e ao eminente fecho da oficina do
152 Barreiro, bem como as reestruturações anunciadas para as restantes oficinas do grupo, são cerca de 1.500
153 postos de trabalho em perigo, caso não se inverta a atual situação.

154 A CP encontra-se perante uma nova reestruturação, que pode ser um novo ânimo para a privatização de
155 algumas das suas áreas de atividade.

156 Na REFER vê-se cada vez mais as empresas privadas tomarem conta de atividades desta empresa,
157 provocando as condições para mais extinção de postos de trabalho.

158 Na SOFLUSA, apesar da Administração e o Governo se comprometerem a criar mais 50 postos de
159 trabalho, em função da entrada em funcionamento dos novos navios, a realidade é precisamente o
160 contrário. Como as organizações de trabalhadores afirmam, a errada opção na compra dos novos navios
161 conduziu ao aumento brutal dos custos de exploração e manutenção e provocou o agravamento do
162 défice da empresa. A situação é de tal forma grave que já se equaciona a redução de carreiras e o
163 aumento dos tempos de percurso, ao mesmo tempo procuram reduzir postos de trabalho, retirar direitos
164 sociais e agravar as condições de trabalho.

165 O transporte ferroviário tem uma importância estratégica para o país e para o distrito, com dimensões
166 fundamentais em termos ambientais, de custos energéticos e de mobilidade dos cidadãos.

167 Neste sentido a USL continuará a dinamizar a sua luta, em conjunto com o sindicato do setor e os
168 movimentos de utentes, no sentido de:

- 169 • Travar a destruição e privatização das empresas do setor ferroviário, exigindo a sua boa gestão
170 em função do interesse nacional;
- 171 • Promover o investimento no setor ferroviário com vista à sua modernização, eficiência e
172 adaptação às necessidades dos que vivem e trabalham no distrito de Lisboa;
- 173 • Contrapor ao uso do transporte individual a articulação de uma boa rede e oferta de transportes
174 ferroviários com outros transportes públicos (autocarros, metro, barcos...);
- 175 • Travar a redução de postos de trabalho nas empresas do setor ferroviário;
- 176 • Defender os direitos dos trabalhadores/as do setor através da defesa dos AE's.
- 177 • Combater a precariedade e promover o emprego com direitos.

178 **4.4 CTT - defender o serviço público e universal de correios com qualidade**

179 No distrito de Lisboa dos 37 estabelecimentos que encerraram, 13 foram entregues a Juntas de
180 Freguesia, 17 foram entregues a outras entidades e as restantes encerraram pura e simplesmente.

181 Desde finais de 2007 a distribuição do correio passou a não ser feita diariamente em muitas zonas do
182 país. Embora o carteiro passasse todos os dias, apenas levava correio urgente, sendo o outro correio
183 distribuído dia sim, dia não. Posteriormente, com a criação da denominada DTE (distribuição
184 empresarial), uma parte significativa das correspondências remetidas pelas empresas (cerca de 30% do
185 total de correspondências diárias dos CTT), que eram distribuídas em Lisboa e Porto pelos empreiteiros e
186 subempreiteiros apenas eram distribuídas 2 a 3 vezes por semana. Agora, está a ser implementado nos
187 CTT-Correios de Portugal um sistema de distribuição segmentada, ou seja, um giro de correio é
188 segmentado em mini giros e o carteiro apenas faz uma parte cada dia.

189 Em resultado disto os padrões de qualidade deterioraram-se drasticamente, o correio azul já não é
190 distribuído todos os dias e as correspondências normais podem levar até 5 dias a ser entregues.

191 Concluindo, o serviço postal é cada vez menos universal com evidentes prejuízos para as populações, os
192 padrões de qualidade convencionados não são cumpridos e o Regulador – ANACOM – não tem poderes
193 para atuar por causa da última alteração efetuada à Lei de Bases. No entanto é bem verdade que quando
194 ainda tinha esses poderes também não atuava.

195 Quanto ao número de trabalhadores, só nos últimos 3 anos e meio foram eliminados 212 postos de
196 trabalho no distrito de Lisboa. Neste momento está em marcha um plano de rescisões e suspensões de
197 contratos que abrangerá mais umas centenas de trabalhadores.

198 Nos últimos anos os atos de Gestões danosa, nomeadamente a venda de património imobiliário e
199 automóvel ao desbarato têm sido uma prática das administrações nomeadas pelos sucessivos governos.
200 A maior parte dos imóveis dos CTT foram vendidos e o dinheiro colocado no fundo de pensões que
201 posteriormente foi para o Estado.

202 A frota automóvel também ela foi vendida a uma empresa, sendo posteriormente alugada a essa mesma
203 empresa em sistema de ALD:

204 Os CTT-Correios de Portugal arrendaram um edifício no Parque das Nações (edifício com capacidade para
205 750 trabalhadores, onde estão a trabalhar cerca 1.400). O aluguer anual é de 3,2 milhões €, tendo os CTT
206 continuado a pagar rendas durante mais 9 anos nuns casos e 11 anos noutros casos, dos edifícios agora
207 desocupados.

208 Liberalização do serviço postal foi transposta para o nosso país através da imposição da diretiva
209 comunitária, os CTT-Correios de Portugal deixaram assim de ter o monopólio do serviço postal universal.
210 A transposição dessa diretiva para a Lei portuguesa não acautelou os direitos das populações e das
211 pequenas e médias empresas. A concorrência apenas opera nas grandes cidades, ou seja, onde o correio
212 dá lucro, pondo assim em causa a prestação do serviço social de correio.

213 A privatização dos CTT fora já anunciada vezes sem conta, no entanto, fruto do acordo com a troika e que
214 consta do programa do governo Coelho/Portas – PSD/CDS, a privatização dos CTT está prevista realizar-
215 se em 2012 e inclui-se no pacote de empresas a privatizar, sempre com o pretexto de encontrar verbas
216 que permitam reduzir o défice público. Se atendermos a que esta é uma empresa que anualmente
217 apresenta resultados positivos, facilmente se depreende que esses milhões de lucro deixaram de entrar
218 nos cofres do estado transferindo-os para as mãos do capital.

219 Neste sentido a USL propõe:

- 220 • Continuar a luta pelo serviço público e universal de correios através dos CTT, mantendo-se esta
221 empresa na esfera do SEE., reafirmando que o serviço social que os CTT-Correios de Portugal
222 prestam é um bem público inalienável.
- 223 • Exigir dos órgão de soberania o cumprimento deste direito inscrito na Constituição da República
224 e que tem que ser defendido.
- 225 • Combater todas as tentativas de transformar este serviço publico e universal em mais um
226 negocio a quem tem na mira apenas a lógica do lucro.

227
228
229

- Lutar em conjunto com os sindicatos do setor, com movimentos dos utentes e com as populações, contra o encerramento de Estações de Correio e a não distribuição do correio diária e domiciliariamente.

230 4.5 Telecomunicações

231 O Setor das Telecomunicações tradicionalmente definido, já é substancialmente diferente nos dias de
232 hoje, porque tem uma abrangência muito mais ampla, na qual se inclui, entre outros, a Telemática e a TV
233 Digital e pelo qual passam cada vez mais serviços informáticos e a tendência é para um alargamento cada
234 vez maior, sendo difícil definir com rigor onde está hoje a barreira das Telecomunicações.

235 Esta realidade faz com que o setor das telecomunicações assuma uma importância cada vez maior na
236 sociedade, porque serve de suporte a um cada vez maior número de serviços e é tendo em conta esta
237 realidade que o movimento sindical tem que procurar respostas adequadas.

238 Com a privatização da PT (até então SEE) , o estado através desta empresa deixou de cumprir em parte a
239 sua responsabilidade social, porque os objetivos do lucro se sobrepuseram e como tal, em vez das
240 assimetrias entre o interior e as zonas mais desenvolvidas do país se irem esbatendo, estas foram
241 aumentando.

242 Particularmente depois da privatização a PT enveredou pelo caminho do “emagrecimento” da empresa
243 através de um conjunto de medidas para reduzir os seus efetivos, situação que levou a que em 1995
244 existiam 22.000 trabalhadores e o número hoje é pouco superior a 6.000, com graves consequência na
245 qualidade do serviço prestado aos utentes, porque particularmente na área técnica e nas Lojas, a grande
246 maioria dos serviços passou a ser feito em Outsourcing sem a qualidade requerida e para a qual o cliente
247 paga um preço excessivamente elevado.

248 A garantia e manutenção do serviço universal de telecomunicações é uma obrigação do estado
249 português através da PT, por forma a permitir que tal serviço chegue em boas condições técnicas e a
250 preços acessíveis a todos os cidadãos.

251 Porém, sabe-se que existem fortes pressões vindas dos detentores do grande capital, para que esta
252 responsabilidade deixe de estar atribuída à PT, existindo neste momento a possibilidade, com a
253 complacência ou até mesmo exigência da Comissão Europeia, de ser aberto um concurso, não se sabe
254 em que formato, para esvaziar de conteúdo prático a responsabilidade do serviço universal de
255 telecomunicações atribuído à PT, porque se por exemplo, fosse por diante uma das ideias que circula, de
256 haver concursos regionais, quem os ganhasse não assumia qualquer responsabilidade da garantia da
257 manutenção do referido serviço.

258 Face a esta situação a USL exige:

- 259 • A manutenção do serviço público de telecomunicações, até agora atribuído à PT exigindo
260 que todos os utilizadores dos suportes físicos da rede básica de telecomunicações
261 paguem um justo valor dessa utilização.
- 262 • O fim da esternalização dos serviços e a integração nos quadros da PT de todos os
263 trabalhadores que a ela prestam serviço com caráter permanente

5 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

5.1. O Ataque aos trabalhadores e aos sindicatos

Os trabalhadores e as suas Organizações Sindicais identificadas com o projecto sindical da CGTP-IN vão continuar a ser alvo do ataque aos seus direitos e justas aspirações de viverem melhor, por parte do governo PSD/CDS.

A legislação laboral continuará a ser um alvo direto do patronato e do Governo. A facilidade em despedir, a completa desregulamentação dos horários de trabalho, o aumento da precariedade, a redução das indemnizações, corte nos direitos dos desempregados, são objetivos velhos a que o MSU através da luta se opôs e vai continuar a opor pela injustiça que a sua aplicação implica.

Aos sindicatos e ativistas sindicais cabe a tarefa de mobilizar os trabalhadores e outras camadas da população a lutarem contra todas as ofensivas que visem o retrocesso nas condições de vida e de trabalho alcançadas em décadas de lutas e em particular com a Revolução de abril.

Este Movimento Sindical que somos e queremos continuar a ser:

- prosseguirá com confiança a luta contra todas as tentativas de limitação ao desenvolvimento da atividade sindical;
- reforçará a sua Organização de Base;
- dará prioridade à unidade na ação incentivando os trabalhadores a participarem ativamente nas decisões relativas às lutas reivindicativas pela defesa e melhoria dos seus direitos, assim como na vida quotidiana dos respetivos sindicatos a todos os níveis.

Considerando a dimensão da ofensiva em curso, da luta que é preciso travar para lhe fazer frente e o papel que a organização sindical desempenha nesta batalha é por demais evidente a importância que assumem as orientações saídas do ultimo Encontro de Organização promovido pela CGTP-IN em Junho de 2011, em todas as suas vertentes mas particularmente dar corpo e conteúdo à que ficou designada como AÇÃO SINDICAL INTEGRADA. Ou seja não havendo dois tempos, um para agir e outro para organizar, é fundamental a conjugação entre uma forte ação sindical no local de trabalho e o reforço da organização de base.

5.2. Afirmar o sindicato no local de trabalho

A Sindicalização

A sindicalização, é uma tarefa prioritária de qualquer ativista sindical. Sindicalizar um trabalhador é fazer com que os seus direitos fiquem protegidos. É também contribuir para, através da informação e do envolvimento na ação sindical, combater o individualismo e o alheamento e alargar o horizonte de reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras, é dar força colectiva à sua organização de classe.

A Organização sindical tem o seu inicio na sindicalização. Os trabalhadores sindicalizados são a base de toda a nossa estrutura: eleger ou ser eleito para os diversos cargos sindicais, passa primeiro pela necessidade de se estar sindicalizado.

Hoje temos novos meios que nos podem ajudar na tarefa da sindicalização, temos as redes sociais, o uso da Internet - mas nenhum outro método de trabalho pode ou deve substituir o contacto direto com os trabalhadores nos locais de trabalho é o que melhor se identifica com a nossa natureza de classe.

É certo que existem dificuldades, entraves nas empresas ao trabalho sindical, apelos ao individualismo, discriminação e perseguição a ativistas sindicais, mas todas essas dificuldades que nos criam não são suficientes para desmotivarem este grande coletivo que no dia a dia trabalha no reforço da Organização Sindical de Base da nossa central sindical que é a CGTP-IN.

43 Assim os participantes no 10º Congresso da USL consideram que a melhor forma que pode conduzir ao
44 aumento da sindicalização é levar à prática um conjunto de aprovadas e testadas na prática com
45 resultados obtidos.

46 Aumentar a sindicalização, como principal prioridade organizativa, ligada ao desenvolvimento de uma
47 ação sindical forte e à resolução dos problemas existentes, à reivindicação, ao exercício e defesa da
48 contratação coletiva e à efetivação dos direitos.

49 ▪ Elaborar planos de sindicalização nas empresas e locais de trabalho, com discussão coletiva periódica
50 sobre os resultados obtidos.

51 ▪ Elaborar listas de empresas prioritárias para apostar na sindicalização, nomeadamente nas novas
52 empresas e pólos industriais e/ou de serviços, assim como empresas com grande concentração de
53 mão de obra jovem.

54 ▪ Realizar controlo dos objetivos definidos e fazer troca de experiências sobre os resultados obtidos em
55 diversas empresas ou locais de trabalho.

56 O reforço da sindicalização constitui uma garantia indispensável para a autonomia e independência
57 financeira do MSU e um elemento determinante para o desenvolvimento da atividade sindical nas
58 empresas e locais de trabalho.

59 **Os Delegados Sindicais e Organização no Local de Trabalho**

60 Os trabalhadores vêem nos delegados sindicais a representação do sindicato no local de trabalho e a sua
61 ligação àquele.. Neste sentido, o comportamento reivindicativo ou de participação nas lutas do delegado
62 sindical é uma referencia da forma de estar e intervir do sindicato que os representa, é uma mais valia
63 para que os outros trabalhadores os sigam.

64 Neste sentido, no próximo mandato, a USL desenvolverá a sua ação junto dos sindicatos no sentido de se
65 concretizar o objetivo de eleição do maior número de delegados sindicais nas empresas e locais de
66 trabalho no distrito, tendo presentes:

- 67 • Aumentar o numero de locais de trabalho com delegados sindicais
- 68 • À preocupação de se escolher para delegado sindical os trabalhadores que tenham aceitação por
69 parte dos restantes colegas, devido à sua forma de estar e de agir;
- 70 • A necessidade de se elegerem jovens para delegados sindicais com o objetivo de
71 rejuvenescimento da organização de base, fator fundamental para uma renovação da estrutura
72 sindical no futuro;
- 73 • a constituição de comissões sindicais que envolvam mais que um delegado/a sindical, bem como
74 comissões intersindicais, são um fator importante para o reforço da organização nos locais de
75 trabalho com vista a uma melhor e mais eficaz resposta aos problemas dos trabalhadores nos
76 locais de trabalho;
- 77 • *Deve ser tida em conta a obrigação de fazer a eleição de Delegados sindicais de 4 em 4 anos, mesmo
78 que seja para os reeleger;*
- 79 • Dar prioridade à formação para os novos delegados, pois a ausência de formação pode levar a
80 que os trabalhadores eleitos se sintam desprotegidos de conhecimentos e se inibam de exercer o
81 cargo para que foram eleitos.

82 **Representantes dos Trabalhadores para a Área da Segurança e Saúde no Trabalho**

83 Os representantes dos trabalhadores para a área da segurança e saúde no trabalho, pela importância que
84 têm, devem merecer a nossa melhor atenção, pois desempenham um papel fundamental ao exigir e
85 propor soluções que conduzem à melhoria das condições de trabalho e aumentam a segurança e a
86 qualidade de vida dos trabalhadores.

87 A eleição destes representantes é uma orientação e uma prioridade sindical, pois aumenta a capacidade
88 de resposta nesta importante frente de trabalho, contribui para o reforço da organização nos locais de

89 trabalho, constituindo mais uma forma de defender os direitos dos trabalhadores e de prestigiar a
90 intervenção do MSU nos locais de trabalho

91 Assim, a USL irá reforçar o seu trabalho no sentido de:

- 92 • Sensibilizar a estrutura para a importância desta área de trabalho;
- 93 • Continuar a dinamizar junto dos sindicatos do distrito a eleição de representantes dos
94 trabalhadores nas Comissões de SST como uma orientação e prioridade do MSU, bem como o seu
95 respetivo acompanhamento;
- 96 • Fazer, em conjunto com os sindicatos do distrito, balanços do trabalho desenvolvido nesta área,
97 vendo quais as dificuldades surgidas e procurando as soluções adequadas para dar continuidade
98 ao trabalho realizado.
- 99 • Promover a formação de quadros sindicais em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho.

100 **Trabalho Coletivo e o Controlo de Execução**

101 Os planos de trabalho, anualmente aprovados pelos diversos órgãos da nossa estrutura sindical, são de
102 extrema importância porque de forma organizada e calendarizada definem a atividade sindical a
103 desenvolver.

104 A definição de prioridades, metas, objetivos estratégicos, controlo de execução, e a sua apresentação
105 como contributo e responsabilidade de “todos” facilita e ajuda à concretização dos mesmos.

106 Neste sentido a USL define:

- 107 • Reforçar a sua preocupação com a planificação coletiva do trabalho para o distrito, procurando
108 periodicamente (no mínimo semestralmente) fazer o controlo de execução dos objetivos
109 traçados.
- 110 • Reforçar o seu trabalho junto dos sindicatos do distrito no sentido de que em cada setor haja
111 uma maior preocupação com a realização de planos de trabalho e respetivo controlo de
112 execução.

113 **Grupos Económicos e a Organização Sindical**

114 Na era da globalização o Capital está a investir em diversos ramos de atividade a partir de holdings,
115 constituindo-se em grandes grupos económicos inter e multisectoriais.

116 O movimento sindical tem de dar resposta em termos de organização a esta realidade.

117 A um grande grupo económico podem pertencer diversas empresas e os exemplos da Sonae, Portucel,
118 Jerónimo Martins, etc. mostram que no mesmo grupo económico as regalias sociais e a matéria salarial
119 pode variar de empresa para empresa.

120 A sindicalização neste grupos é muitas vezes dispersa por diversos sindicatos, surgindo algumas
121 dificuldades relacionadas com sindicalização, representatividade, ação reivindicativa, que urge
122 ultrapassar.

123 Assim, para reforçar a organização e o trabalho Sindical junto dos trabalhadores/as dos grandes grupos
124 económicos a USL define:

- 125 • A dinamização junto dos sindicatos da constituição de comissões intersindicais como a melhor
126 opção para dar resposta às diferenças que existem em termos salariais e sociais entre
127 trabalhadores do mesmo grupo económico.
- 128 • A necessidade de, em conjunto com as comissões intersindicais, se realizarem iniciativas sindicais
129 neste âmbito, no sentido de impulsionar o diálogo, a troca de experiências e a definição de
130 algumas estratégias e reivindicações comuns.

131 **Pólos Industriais e de Serviços**

132 Hoje são diversos os pólos industriais e de serviços que proliferam no distrito de Lisboa.

133 Nalguns destes pólos, aos sindicatos são criadas dificuldades de contacto com os trabalhadores porque
134 existe uma área restrita apenas a quem trabalha ou a quem tem relações comerciais com essas empresas.

135 Neste pólos industriais e de serviços há um conjunto considerável de ramos de atividade que implicam a
136 existência de vários sindicatos com espaço de intervenção.

137 Em termos sindicais, ao se conseguir entrar numa destas empresas está o caminho mais facilitado para se
138 chegar a outras.

139 A deslocação aos pólos industriais pode e, em vários casos deve, ser feita com mais do que um sindicato,
140 respeitando a área de cada um e rentabilizando solidariamente meios materiais (como as viaturas) e
141 humanos.

142 Se forem seleccionados pólos industriais a serem visitados com frequência, mais cedo do que tarde os
143 trabalhadores se aproximam dos sindicatos e a sindicalização será o fruto desse trabalho persistente e
144 organizado.

145 A USL define, para o próximo quadriénio, em conjunto com os sindicatos:

- 146 • Definir os pólos industriais e de serviços prioritários para a ação sindical no distrito
- 147 • Organizar uma equipa, composta por vários sindicatos, que faça um primeiro trabalho de
148 contacto regular e de sensibilização com os trabalhadores e o posterior encaminhamento para os
149 respetivos sindicatos em termos de sindicalização

150 **5.3. Cooperação com as Comissões de Trabalhadores**

151 As Comissões de Trabalhadores continuam a ser um importante instrumento democrático nas mãos dos
152 trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos, para o reforço da sua unidade. As CT's são um
153 instrumento de participação, intervenção e ação dos e pelos trabalhadores, não para conciliar, mas para
154 reivindicar e transformar –ao lado daqueles que as elegem e lhes dão razão de ser.

155 Para esta intervenção, cada vez mais se torna indispensável a ligação e a cooperação com o movimento
156 sindical, com base na independência mútua e no respeito recíproco.

157 O patronato e o poder político na área do PS, PSD e CDS sabem que as Comissões de Trabalhadores no
158 seu verdadeiro sentido da palavra não vendem direitos, não fazem fretes ao patrão e não hostilizam os
159 sindicatos.

160 Porque essa convergência entre Comissões de Trabalhadores e Sindicatos não lhes serve, procuram
161 soluções que lhes sirva para obterem os seus objetivos de retirada de direitos e alteração de legislação
162 laboral. Para isso, Governo e Patronato tentam alterar legislação que transfira para as Comissões de
163 Trabalhadores poderes que são dos sindicatos, nomeadamente na área da contratação coletiva e da
164 legislação laboral, com o objetivo de criar Comissões de Trabalhadores da confiança dos patrões.

165 Assim, a USL define para o próximo quadriénio:

- 166 • Continuar e aprofundar o trabalho entre a USL e a CIL – Coordenadora das Comissões de
167 Trabalhadores do distrito de Lisboa , através de iniciativas conjuntas, nomeadamente através da
168 realização de plenários de trabalhadores e de tomadas de posição conjuntas sempre que a defesa
169 dos interesses dos trabalhadores assim o justifiquem, preservando a autonomia de cada
170 organização,
- 171 • Continuar e reforçar o combate a qualquer alteração legislativa que ponha em causa a liberdade
172 de negociação coletiva, passando-a para as Comissões de Trabalhadores

173 **5.4. A USL e os Movimentos Sociais**

174 A atual situação social que vivemos assenta no ataque a todas as áreas sociais que vão desde a saúde,
175 ensino, habitação, etc. Os trabalhadores e as diversas camadas da população precisam de aumentar os
176 esforços de cooperação contra quem quer desmantelar o Estado Social em todas as suas vertentes.

177 Em todas as lutas mais abrangentes a USL contou e vai continuar a contar com a participação de diversos
178 Movimentos de Utentes, participará em ações conjuntas, recolherá assinaturas para petições e reunirá
179 sempre que solicitado para preparar ações em defesa dos serviços públicos, respeitando e exigindo
180 respeito pela autonomia de cada Organização.

181 A participação da USL nas diversas ações de rua Pela Paz Contra a Guerra, durante este mandato que
182 agora termina, mostra bem que nós valorizamos o sentimento de solidariedade e que consideramos
183 muito importante o envolvimento do maior numero de pessoas e suas Organizações nas iniciativas mais
184 abrangentes.

185 **5.5. Participação na defesa dos direitos individuais e coletivos**

186 A política levada a cabo pelo Governo do PS esteve em permanente conflito com os interesses dos
187 trabalhadores e das populações, quer no que diz respeito aos direitos individuais ou coletivos.

188 No mandato que agora termina a USL mobilizou e organizou os trabalhadores do Distrito para a luta em
189 defesa dos seus direitos, seja em iniciativas próprias ou convocadas pela CGTP-IN e levou a sua
190 solidariedade a muitos trabalhadores que lutaram pelos seus objetivos.

191 Os trabalhadores deram sempre uma resposta positiva em termos de participação nas ações de massas
192 contra a retirada de direitos ou tentativas de piorar as suas condições de vida e de trabalho, podemos dar
193 o exemplo das ultimas grandes jornadas de luta com especial destaque para a Greve Geral de 24
194 novembro 2010 que contou com a adesão nacional de 3 milhões de trabalhadores.

195 Neste sentido, no próximo mandato:

- 196 • A participação organizada dos trabalhadores em ações de massas em defesa dos seus direitos ou
197 por melhores condições de vida vai continuar a merecer do MSU uma grande atenção porque o
198 Capital ao não crer abdicar dos seus lucros e exploração atira para cima dos trabalhadores o
199 pagamento da fatura da crise que para a qual não contribuíram.

200 **5.6. Descentralização da Organização Sindical**

201 Nestes últimos anos muitas foram as empresas que se transferiram para fora da cidade de Lisboa.

202 O Movimento Sindical deve acompanhar essa deslocação e desta forma manter-se junto dos
203 trabalhadores e locais de trabalho, através da descentralização sindical.

204 Atualmente temos 4 Delegações Sindicais que são coordenadas pela USL mas da responsabilidade dos
205 sindicatos (Amadora, Parede, Sintra e Vila Franca) e uma União Local em Torres Vedras (abrangendo os
206 concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval, Mafra e Sobral de Monte Agraço) e que são o rosto da
207 CGTP para quem trabalha fora da cidade de Lisboa.

208 Devido a dificuldades de entendimento e não só, existem resistências antigas a que se altere o modo de
209 exercer a atividade sindical a partir das sedes para os Concelhos. Descentralizar significa estar mais perto
210 dos locais de trabalho. É certo que as condições de cada sindicato não são iguais, mas também é certo
211 que o não acompanhamento sindical aos trabalhadores que foram deslocalizados é o meio mais rápido
212 para a sua dessindicalização.

213 Os trabalhadores precisam dos Sindicatos junto dos locais de trabalho. Temos os meios para que isso
214 aconteça, que são as Delegações de sindicatos. É preciso combater rotinas e sensibilizar consciências no
215 sentido de reforçarmos a nossa capacidade de intervenção a partir das Delegações.

216 Num momento em que temos menos dirigentes a tempo inteiro, é necessário descentralizar
217 responsabilidades, nomeadamente pelos dirigentes que estão no local de trabalho, e estimular a
218 articulação da atividade com as delegações.

219 Para que a descentralização sindical seja efetiva, no próximo quadriénio a USL vai continuar o seu
220 trabalho no sentido de que:

- 221 • Os sindicatos apostem na utilização das diversas Delegações

- 222 • A atividade sindical seja feita a partir das Delegações
 - 223 • Divulguem a existência das Delegações e o seu horário de atendimento
 - 224 • Atribuem a dirigentes sindicais o acompanhamento a cada Delegação
 - 225 • Os sindicatos cumpram com a sua quota parte nas despesas de cada Delegação.
 - 226 • Outros sindicatos integrem a descentralização
- 227 A estas se juntam as decisões tomadas no Encontro de Descentralização organizado pela USL e que
228 apontam para o encontro de:
- 229 • Uma delegação que sirva a zona Sintra e Amadora,
 - 230 • Uma alternativa às atuais instalações da Parede que reúnem poucas condições de trabalho para
231 quem lá está.

232 **5.7. O Distrito na Reestruturação Sindical**

233 Apesar de neste mandato que agora termina, a situação social e as erradas políticas sociais seguidas têm
234 contribuído para o agravamento do desemprego, do encerramento de muitas empresas e diminuição de
235 postos de trabalho, da sua precarização, no Distrito de Lisboa foram dados poucos passos referentes à
236 reestruturação sindical.

237 O aparecimento do Sindicato das Industrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente (SITE)
238 que resultou da fusão dos conhecidos sindicatos da indústria Metalúrgica, do SINQUIFA e dos Gráficos, foi
239 a exceção à regra em termos da reestruturação sindical no âmbito que a USL abrange.

240 As dificuldades existentes em alguns sindicatos, nomeadamente em termos de diminuição de associados
241 e desaparecimento de empresas, da necessidade de rentabilização de meios materiais e humanos, e
242 reforço da Organização Sindical de Base obrigam a que se parta para uma discussão sobre possíveis
243 fusões e integrações se virem a poder fazer no interesse dos trabalhadores e do reforço do MSU.

244 A reestruturação sindical deve ter presente a fusão de sindicatos, nomeadamente do mesmo setor, e ser
245 sempre feita com a participação dos trabalhadores, de forma a construir sindicatos mais fortes e
246 combativos, pelo que são de rejeitar todas as práticas contrárias a este objetivos, combatendo o
247 paralelismo e a concorrência entre sindicatos da CGTP-IN.

248 **5.8. A Organização Administrativa e Financeira**

249 A gestão dos sindicatos nos dias que correm e devido aos meios humanos e financeiros serem menores
250 obriga a que olhemos para o presente preocupados com o futuro, porque não estamos com as mesmas
251 condições de há 10 ou 15 anos. Continuar a agir em termos de Organização Administrativa e Financeira
252 como se nada tivesse mudado é não ter sentido de responsabilidade que a gestão de um sindicato tem
253 de ter, para que possa dar resposta às necessidades da luta sempre que para isso seja solicitado em
254 termos mais gerais ou quando as desenvolva em termos sectoriais. Podemos e devemos programar
255 discussões sobre esta matéria, mas enquanto não as fazemos continuam válidas as orientações
256 aprovadas no anterior Congresso e que são:

- 257 ▪ Assumir o Orçamento, o Relatório Contabilístico, a Planificação e o Controle de Tesouraria como
258 instrumentos, também de carácter sindical, fundamentais na gestão dos sindicatos;
- 259 ▪ Planeamento real das receitas e despesas com efetivo controlo coletivo das mesmas;
- 260 ▪ Uma atitude responsável perante as obrigações financeiras definidas estatutariamente;
- 261 ▪ Aproveitamento dos meios informáticos hoje disponíveis, que corretamente utilizados serão um
262 contributo significativo para uma efetiva redução de custos e uma maior e atempada disponibilidade
263 de dados para a gestão e para a intervenção sindical;

- 264 ▪ Implementar a normalização distrital das regras e procedimentos quanto ao atendimento a sócios e
265 utilização de contencioso;
- 266 ▪ Planificar a formação sindical e profissional, considerando os níveis possíveis (sectorial e distrital), dos
267 trabalhadores das associações sindicais;
- 268 ▪ Enquadrar e envolver os trabalhadores das associações sindicais nas orientações e na atividade
269 sindical, bem como ter em atenção os seus anseios e expectativas.

270 **Serviços Comuns**

271 A USL tem ao dispor dos sindicatos do Distrito um conjunto de Serviços Comuns que incluem
272 Contabilidade, Informática e SMAST (Apoio Médico a Sinistrados no Trabalho) ao qual um conjunto
273 considerável de sindicatos recorre.

274 Com o passar dos tempos tem havido uma ligeira diminuição de sindicatos a recorrerem a estes serviços,
275 nomeadamente no que diz respeito ao SMAST com grande perda para os trabalhadores vítimas de
276 acidentes no trabalho que ficam sem o apoio dos sindicatos.

277 Como forma de valorizar e dinamizar os Serviços Comuns que a USL disponibiliza, os sindicatos que não
278 estão neles devem equacionar a sua adesão, como forma de prestarem mais um serviço aos associados.

279 **5.9. Formação sindical**

280 O que se passa nos locais de trabalho em termos de ataque aos direitos dos trabalhadores e aos
281 sindicatos do MSU faz com que para este Programa de Ação se repita o texto do anterior Congresso,
282 devido á sua atualidade.

283 A formação sindical é de importância acrescida no atual contexto político marcado por uma pressão e
284 ação ideológica desenvolvida pelo capital e por políticas neo-liberais, com a difusão de ideias e valores
285 contrários aos princípios fundamentais do Movimento Sindical Unitário. Por isso, os quadros sindicais
286 têm que estar cada vez mais bem preparados para exercerem os cargos para que foram eleitos.

287 Os problemas do mundo do trabalho são cada vez maiores, cada vez mais os ativistas sindicais que
288 assumem a sua condição em pleno, têm que dar muito do seu tempo ao estudo de constantes alterações
289 da legislação laboral e em alguns casos dos contratos coletivos e Acordos de Empresas.

290 A USL considera que os sindicatos têm de :

291 - Proporcionar aos eleitos, dirigentes ou delegados sindicais, condições de formação através de cursos
292 práticos.

293 - Ter o cuidado de formar formadores para dar resposta às solicitações de iniciativas relacionadas com
294 formação sindical, por muita experiência que se tenha há sempre algo de novo para aprender por isso
295 não se deve interiorizar que a formação sindical é para os outros, em especial para os mais novos.

6. CULTURA E TEMPOS LIVRES

2 Os elevados ritmos de trabalho que hoje são uma realidade nas empresas, a campanha agressiva por
3 parte do patronato e do Governo no apelo ao individualismo, só por si justificam a dinamização de ações
4 culturais e desportivas que permitam aos trabalhadores terem momentos de confraternização através de
5 iniciativas culturais e desportivas.

6 Poucos são os Sindicatos que hoje organizam iniciativas desportivas e culturais. Quem as organiza sabe
7 que, para além de proporcionarem momentos de lazer, os Sindicatos têm, regra geral, um valioso
8 contributo na sindicalização.

9 Não muito longe, existem exemplos de que através da realização de atividades desportivas e culturais os
10 Sindicatos entram em empresas que de outra forma não conseguiam.

11 Para o mandato que agora se inicia a USL mantém como principais objetivos:

- 12 • A realização do Torneio de Futsal, incentivando os Sindicatos a realizarem os seus próprios
13 Torneios;
- 14 • A realização do Encontro de Cicloturismo, virado para os trabalhadores de forma individual ou
15 através de grupos desportivos, equipas e coletividades.
- 16 • A organização da Corrida Internacional 1º de maio, tendo como perspetiva o aumento do
17 número de participantes;
- 18 • A participação em todas as iniciativas culturais e desportivas promovidas pela CGTP-IN, em
19 simultâneo com o envolvimento dos Sindicatos do Distrito;
- 20 • A concretização destes objetivos significa a possibilidade de proporcionar aos trabalhadores
21 momentos de lazer e confraternização, num quadro de complementaridade da intervenção e
22 valorização sindical, mas também mais uma via para chegar às empresas e locais de trabalho.

7. INFORMAÇÃO, PROPAGANDA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

1 A área da informação, comunicação e propaganda sindical constitui um instrumento fundamental na luta
2 ideológica que diariamente temos que travar nos locais de trabalho e na rua. Para isso é necessário
3 apetrecharmos a nossa organização com informação e conhecimentos para poder responder o mais
4 rapidamente possível à deturpação da informação que sistematicamente é veiculada nos órgãos de
5 comunicação social.

7 Num contexto de grandes dificuldades e face à desigualdade de meios com que dispomos. Todos os que
8 utilizamos – os manifestos, as equipas de distribuição na rua, os panos, os cartazes, os carros de som, os
9 plenários e ao placard's sindicais – são meios de informação e agitação que devem ser melhorados.

10 É importantíssima a formação nesta área, a reflexão coletiva e o autoestudo, e uma avaliação periódica
11 dos impactos da informação e comunicação produzida pelo MSU.

12 Há aspetos fundamentais a melhorar, em termos da informação escrita, quer em termos gráficos (deve
13 ser mais criativa), quer do ponto de vista dos conteúdos (devemos procurar ser mais objetivos, claros e
14 concretos). Há ainda que melhorar outros aspetos tais como: a necessidade de adequar melhor as
15 quantidades da propaganda, e a necessidade desta chegar com mais antecedência aos sindicatos.

16 O desafio que temos pela frente é grande, onde as questões: do direito à greve, despedimentos,
17 flexibilidade do tempo de trabalho, contratação coletiva, atividade sindical na empresa, as implicações
18 no sistema publico da segurança social, da redução da TSU, da introdução do plafonamento, entre outras
19 matérias. São batalhas que é preciso um empenhamento especial pois vamo-nos confrontar no terreno
20 com muita hipocrisia e manipulação da informação.

21 **7.1 Boletim lutar e vencer**

22 É uma publicação da União que tem como objetivo divulgar os casos positivos em resultado das lutas
23 travadas pelos trabalhadores, da intervenção da ACT a pedido dos sindicatos e dos processos ganhos em
24 tribunal.

25 Pese embora o facto de esta publicação não ter tido uma edição regular, urge alterar esta situação,
26 considerando que existe um ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores é imprescindível a
27 divulgação dos sucessos alcançados por força da intervenção sindical, como elemento galvanizador na
28 luta dos trabalhadores .

29 **7.2 As novas tecnologias de informação e comunicação**

30 As novas tecnologias de informação e comunicação nomeadamente a internet, já são uma realidade e
31 que está a ser rentabilizada, a que é exemplo a pagina da USL, que deu um bom contributo para a
32 divulgação da Greve Geral de 24 de novembro de forma imediata e acessível.

33 Através da página, a USL tem procurado divulgar as lutas desenvolvidas pelos setores no distrito, bem
34 como os estudos efetuados em termos sindicais. No entanto, há ainda que melhorar e aprofundar as
35 potencialidades desta ferramenta de trabalho, tem-se verificado algumas lacunas, que importa
36 ultrapassar nomeadamente: a Divulgação das lutas sectoriais; criação de um banco de imagens para os
37 sindicatos; dinamização de uma newsletter / info-USL para isso era importante a USL partilhar a base de
38 dados dos subscritores das paginas dos sindicatos.

39 **7.3 Os órgãos de comunicação social**

40 É inegável a importância dos média na luta politica e na formação da opinião pública e a necessidade de
41 um serviço publico de rádio e televisão de qualidade e independente do poder económico e politico, por
42 forma a garantir isenção e pluralismo na informação.

43 Infelizmente o que se tem verificado é que estes órgãos de comunicação social estão a ser transformados
44 em centrais de informação dos sucessivos governos e dos interesses clientelares ajudando a

45 descredibilizar e a desprestigiar e retirar o controlo democrático na gestão deste importante serviço
46 público. É intenção do governo PSD/CDS privatizar um dos canais da RTP e a agência lusa empresas
47 públicas e estratégicas fundamentais para o desenvolvimento e a economia do país.

48 Tem sido uma constante preocupação da USL dar a conhecer todas as iniciativas promovidas pela união,
49 tanto aos OCS nacionais como aos regionais, pese embora o facto de não termos tido a respetiva
50 cobertura desejada e necessária às nossas iniciativas.

51 É um facto que temos posicionamentos contrários aos do poder económico e político. Rejeitamos o
52 silenciamento e a secundarização das posições do MSU.

53 Neste sentido a União tem procurado inovar e dar alguma criatividade às ações que são da sua
54 responsabilidade levando abordagens diferentes que visem esclarecer, informar sobre a justeza das
55 nossas reivindicações no sentido de dignificar os trabalhadores e valorizar o trabalho como elemento
56 fundamental para o progresso e justiça social.

57 Tudo o que referimos deixa-nos pistas e alertas para a necessidade de melhorarmos o trabalho na área da
58 nossa informação, propaganda e comunicação social.

59 No sentido de melhorar e aprofundar o nosso trabalho no âmbito da Informação e Propaganda, a USL
60 propõe:

- 61 • Realizar um 2º encontro sobre Comunicação e propaganda Sindical;
- 62 • Realizar ações de formação sobre informação e comunicação
- 63 • Ter como preocupação permanente a necessidade de nossa página ter informação atualizada,
64 nomeadamente com as lutas sectoriais.
- 65 • Dinamizar a newsletter
- 66 • Melhorar a periodicidade do Boletim lutar e vencer.
- 67 • Procurar realizar ações de rua que abordem temas concretos;
- 68 • Melhorar a ligação com os OCS nacional e regional

8. ÁREAS ESPECÍFICAS DE AÇÃO SINDICAL

8.1. Jovens trabalhadores/Interjovem

A Juventude trabalhadora tem um enorme potencial de luta, representa uma força social para o desenvolvimento e progresso e tem tido uma forte participação na sociedade.

Os vínculos precários e a instabilidade laboral são uma frente de intervenção que merece grande atenção, pois estes, podendo ser uma dificuldade ao envolvimento dos jovens no movimento sindical, não devem nunca ser impeditivos para a participação dos jovens no movimento sindical e no trabalho do seu sindicato.

Sabemos das crescentes dificuldades em sindicalizar e em fazer chegar a ação sindical junto aos trabalhadores, e em especial dos jovens, devido à brutal ofensiva levada a cabo contra os trabalhadores por parte de patrões, com ajuda dos sucessivos governos do PS/PSD/CDS.

Contudo a experiência das ações desenvolvidas pela Interjovem/Lisboa, em conjugação com os sindicatos do distrito, demonstra que através de uma ação própria dirigida aos jovens trabalhadores, com questões próprias sentidas por eles e na responsabilização dos novos quadros sindicais, nos trouxe, e continuará a trazer, grandes frutos para o movimento sindical

É importante que as Direcções dos Sindicatos assumam a necessidade de integrar os jovens, transmitindo-lhes solidariedade, ensinamentos, confiança no trabalho e na luta, dando-lhes responsabilidades nos mais diversos níveis da estrutura, sendo para tal importante eleger Delegados e Dirigentes Sindicais Jovens, dinamizando e criando espaço para a sua intervenção e integração no trabalho colectivo do Sindicato.

É de realçar o grande contributo que os jovens trabalhadores deram nas sucessivas lutas e na greve geral de 24 novembro, transmitindo vitalidade e esperança ao movimento sindical. São de destacar ainda as manifestações organizadas pela Interjovem/CGTP-IN, nomeadamente as manifestações comemorativas do dia 28 de março, onde participaram muitos milhares de jovens trabalhadores, as maiores dos últimos 20 anos, que contaram com um grande contributo do distrito de Lisboa.

Estas ações confirmam a disponibilidade que os jovens têm para aderir às lutas pela defesa dos seus direitos.

É na ação do dia a dia, nos locais de trabalho, no contacto direto com os jovens trabalhadores, sentindo os seus problemas, as suas aspirações e reivindicações que os conseguiremos envolver na luta.

Os jovens trabalhadores contam com a organização sindical juvenil da USL/CGTP-IN, a Interjovem/Lisboa, que leva a cabo as orientações do MSU, que concluiu que “a Interjovem é um amplo espaço/movimento de debate e ação político-sindical em torno de questões concretas, servindo como ponto de referência para a dinamização da atividade dos Sindicatos, Federações e Uniões junto da juventude trabalhadora” e que deve “ser entendida como um espaço de formação de quadros sindicais jovens”.

A Interjovem/Lisboa é constituída por jovens trabalhadores de vários sindicatos do distrito de Lisboa. É a esta organização que cabe:

- O desenvolvimento de ações que tenham em vista a resolução de problemas que afetem os jovens trabalhadores do distrito;
- Contribuir para a criação de organizações de jovens trabalhadores nos vários sindicatos, que dinamizem a ação e intervenção destes junto dos jovens trabalhadores que representam e articulem a sua atividade com a Interjovem, a nível regional, sectorial e central;
- Desenvolver atividades que procurem trazer mais jovens ao movimento sindical;
- Representar os jovens trabalhadores nas várias organizações institucionais;
- Desenvolver todos os esforços para reeditar a Corrida da Tolerância “Correr com o Racismo”

- Realizar a 6º Conferência da Interjovem Lisboa como um meio de dinamizar o trabalho nesta frente sindical.

8.2. Igualdade entre mulheres e homens/Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens

A igualdade de oportunidades e de direitos está garantida na Constituição e na legislação nacional. No entanto, as práticas discriminatórias não foram abandonadas, em especial no trabalho, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais se agravam.

As medidas que incorporam o programa do Governo do PSD/CDS são injustas e atingem de forma muito particular as mulheres.

A intensificação da exploração e da desvalorização do trabalho está bem patente em alguns factos tais como: alastramento da precariedade; discriminação salarial entre homens e mulheres; violação dos direitos de maternidade e paternidade; despedimento de trabalhadoras grávidas contratadas a prazo; a não atribuição de prémios a trabalhadoras que exerçam o direito de maternidade/paternidade.

O Corte nos salários, nas políticas sociais, como no subsídio social de desemprego, nos abonos de Família e nas pensões, aumentam as injustiças, a desigualdade e a pobreza.

As Mulheres sentem de forma particular o aumento do custo de vida e o corte dos apoios no âmbito das políticas sociais. Estas têm um efeito arrasador nos magros orçamentos familiares.

A Comissão Distrital da Igualdade da USL tem tentado priorizar a sua intervenção: na denúncia e combate a todo o tipo de discriminação no trabalho e no emprego; na luta contra a desregulamentação dos horários de trabalho e os seus impactos na saúde e vida das mulheres e na conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar; na formação de ativistas sindicais, na área dos direitos da maternidade paternidade; na necessidade de reforçar a participação de mais ativistas na Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) no distrito, com vista a uma maior sensibilização do MSU para a área da igualdade. A CIMH tem sido um espaço privilegiado de conhecimento, informação e denúncia, possibilitando também a troca de experiências entre vários Sindicatos, nesta área.

Por isso a USL/CGTP-in defende:

- O reforço da Organização sindical, com a sindicalização de mais Mulheres e sua participação na rede de Delegados/as sindicais e a necessidade de sensibilizar e motiva-las para a participação nos órgãos de decisão sindical.
- o reforço e renovação na CIMH
- No âmbito da ação reivindicativa, devem ser incorporadas as reivindicações específicas sobre os direitos das mulheres.
- Que os sindicatos integrem no âmbito da Formação Sindical, a formação para igualdade.
- Que as comemorações do Dia Internacional da Mulher sejam dinamizadas com base na perspetiva reivindicativa e em interação com outras organizações sociais empenhadas nesta causa, dando visibilidade aos problemas específicos das Mulheres trabalhadoras.

8.3. Reformados, aposentados e pensionistas/Inter-Reformados

Com uma população cada vez mais envelhecida, com os trabalhadores a serem empurrados para situações de reforma ou pré-reforma, o trabalho junto dos reformados assume cada vez maior importância e relevância.

87 Cabe ao MSU não esquecer o esforço dados pelos reformados enquanto trabalhadores no ativo para o
88 trabalho e luta sindical, acumulando experiência e saber que importa preservar.

89 Há necessidade de organizar os reformados, ou mesmo mantê-los sindicalizados (de acordo com as
90 normas estatutárias de cada sindicato) a fim de garantirem capacidade reivindicativa e de intervenção
91 face às políticas antissociais desenvolvidas pelos sucessivos Governos do PS, PSD e CS nos últimos 35
92 anos e que serão agravadas com as medidas que constam no acordo assinado pelos mesmos partidos e a
93 Trika FMI/BCE/UE e do programa do Governo PSD/CDS.

94 A criação da Inter-reformados foi um passo importante para a organização dos trabalhadores que passam
95 à situação de reforma ou aposentação.

96 As alterações das políticas sociais têm empurrado cada vez mais cedo os trabalhadores para a situação de
97 reforma ou pré-reforma. Existem reformados mais novos, mas nem sempre se tem conseguido cativá-los
98 para a continuação da atividade sindical na área da Inter-Reformados.

99 Os Sindicatos assumiram desenvolver esforços na criação de Comissões de Reformados como forma de
100 dinamizar esta estrutura sindical. É preciso que se mantenha, e em alguns casos se acelere, o trabalho
101 realizado com a eleição de Comissões, dando-lhes os meios necessários para desenvolverem a sua
102 atividade com autonomia mas dentro dos princípios do MSU.

103 A Inter-Reformados de Lisboa vai continuar a participar nas lutas organizadas pela USL e CGTP-IN contra
104 as políticas antissociais que nos tentam impor, nomeadamente contra as que constam do memorando da
105 troika e do programa do Governo PSD/CDS e desenvolverá ações de luta e esclarecimento sempre que
106 considerarmos útil ou necessário.

107 A IR/Lisboa vai continuar contar com o apoio da USL e o empenhamento dos Sindicatos para fomentar,
108 sempre que possível, a eleição de Comissões de Reformados.

109 Neste novo mandato da USL, a IRL assume que continuará a realizar o Encontro/convívio comemorativo
110 da revolução de abril com debate público, bem como a cafeteria da IR no 1º de maio.

111 Neste mandato vamos realizar o 6º Encontro distrital da Inter-Reformados de Lisboa. Eleger nova direção
112 para reforçar o nosso trabalho junto dos reformados no sentido da sua mobilização para a defesa de:

- 113 • Uma Segurança Social pública, universal, forte e acessível a todos os cidadão;
- 114 • Descongelamento de todas as pensões e sua atualização para melhorar o poder de compra dos
115 reformados;
- 116 • Política de medicamento
- 117 • Melhoria dos cuidados de saúde para os idosos;
- 118 • Uma política da 3ª idade;
- 119 • Políticas que reduzam o isolamento, que diminuam a dependência e estimulem a mobilidade;
- 120 • Cumprimento das conquistas de abril;

121 **8.4. Desempregados / intervenção sindical**

122 O aumento do número de desempregados exige uma ação cada vez mais ativa dos sindicatos junto
123 destes trabalhadores.

124 Esta é uma necessidade premente, considerando as pressões que estes trabalhadores continuam a ser
125 sujeitos face ao encerramento de empresas, reestruturações e alterações dos critérios de atribuição do
126 subsídio de desemprego.

127 Apoiar jurídica e sindicalmente os trabalhadores sindicalizados que se vêm numa situação de
128 desemprego é uma tarefa de todos os sindicatos, particularmente nesta fase difícil da sua vida.

129 As iniciativas desenvolvidas pelos sindicatos e pela USL ao longo dos últimos anos, nomeadamente nos
130 processos de encerramentos, falências de empresas e reclamações dos créditos devidos aos

131 trabalhadores constituem um exemplo de intervenção a prosseguir e aprofundar. O mesmo se coloca em
132 relação ao apoio a dar aos restantes desempregados que, em vários casos, são pressionados pelos
133 Centros de Emprego a aceitar propostas de trabalho com salários inferiores ao Salário Mínimo Nacional.

134 A União assegurará a coordenação destes processos de acompanhamento e dará o apoio necessário aos
135 sindicatos na criação de comissões de desempregados.

136 **8.5. Imigrantes/Intervenção sindical**

137 A procura de melhores condições de vida através do trabalho é, para uma grande maioria das pessoas a
138 razão da sua saída do país e conseqüente imigração.

139 O aumento do número de imigrantes (em situação regular e irregular) e a sua forte concentração no
140 distrito (aqui laboram 43% dos imigrantes que constam nas estatísticas oficiais), exigem a continuação e
141 o reforço do trabalho nesta área.

142 Muitos destes trabalhadores utilizam Portugal como um ponto de apoio para seguirem para outros
143 países, mas muitos são aqueles que se fixam e criam raízes.

144 O contacto com os trabalhadores imigrantes deve assentar na divulgação dos direitos sindicais e
145 contratuais, na resolução dos problemas laborais, sendo mais frutuosos se forem desenvolvidos por
146 equipas que contenham um ou mais trabalhadores imigrantes, devido à confiança que esta situação
147 transmite.

148 O MSU só tem a ganhar com a integração dos imigrantes nos sindicatos. Neste sentido, a USL define:

- 149 • A necessidade de promover o conhecimento sobre a realidade laboral dos diversos imigrantes
150 que laboram no distrito e de sensibilizar no sentido de contrariar preconceitos capazes de gerar
151 maior afastamento e não acolhimento e integração;
- 152 • Incentivar e ajudar no esforço de aproximação destes trabalhadores aos sindicatos de modo a
153 que, com persistência, se desenvolva um trabalho sindical direccionado para a sindicalização e
154 eleição de trabalhadores imigrantes para todos os órgãos representativos dos trabalhadores.
- 155 • Promover a sua integração na ação sindical, dando responsabilidades, elegendo para delegados,
156 dirigentes sindicais e outros órgãos de representação sindical;

AÇÃO INTERNACIONAL

Nos tempos da globalização que se vivem, quando o capital financeiro salta as fronteiras na procura do lucro máximo, é necessário contrapor-lhe a globalização da solidariedade dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

O desenvolvimento das relações internacionais capazes de concretizar o princípio internacionalista da solidariedade entre trabalhadores, numa visão universalista de libertação do jugo e da exploração de quem trabalha, constitui uma prioridade da intervenção sindical da USL.

Pelas contradições e nuances que se verificam aos mais diversos níveis do Movimento Sindical Internacional importa continuar a avaliar o desenvolvimento dos respetivos projetos, nomeadamente a relação entre os objetivos programáticos anunciados e as políticas e práticas sindicais.

Assim, a USL continuará a manter o estatuto de não filiada e a privilegiar a cooperação bilateral com as diversas organizações sindicais de âmbito distrital ou regional, num trabalho de articulação estratégica com a CGTP-IN.

A realização periódica da Conferência Sindical das Capitais da UE (cujos contornos deverão ser repensados com vista a uma maior operacionalidade e tomada de posições comuns), a retoma do trabalho temático de cooperação com outras organizações sindicais para a apresentação de projetos do movimento sindical e o aprofundamento das relações com as CCOO/Madrid e a CGT/Paris em torno da questões relacionadas com os problemas e a luta dos trabalhadores são também prioridades do trabalho a desenvolver no próximo quadriénio.

No plano da solidariedade, a USL continuará a apoiar os trabalhadores e os povos que lutam pela soberania e independência dos seus países, contra o jugo da ocupação militar e política das forças imperialistas, nomeadamente:

- A luta do povo palestino e do seu movimento sindical pelo direito à criação de um Estado livre e independente, com capital em Jerusalém oriental;
- A luta do povo cubano contra o bloqueio económico dos EUA;
- A luta pela autodeterminação e independência do povo saharai;
- A luta da resistência do povo líbio contra a ocupação militar do seu país levada a cabo pela NATO;
- A continuação da luta pela Paz e pelo fim da NATO;
- A luta dos povos do Iraque e Afeganistão contra a ocupação militar levada a cabo pelos EUA.